

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 9 de maio de 2022 - Ata n.º 39.

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **39.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura**. O Sr. 2.^º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.^º 38, de 4 de maio de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos dispensar agora, neste primeiro momento, a leitura do expediente pelo 1.^º Secretário para já irmos direto às homenagens que serão feitas aqui nesta Casa. Mas, antes disso, registro a presença na Casa da Sr.^a Marisol Domingues Mouro, Conselheira Membro da Comissão Parlamentar do Conselho Regional de Farmácias; do Sr. Fábio Augusto do Carmo Santana, membro do GTT Parlamentar e Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná; do Sr. Nilson Hideki Nishida, Diretor do Sindicato dos Farmacêuticos do Paraná, por solicitação do Deputado Michele Caputo. O Grande Expediente de hoje será destinado a ouvir o pronunciamento do Rev.^{mo} Padre Renaldo Amauri Lopes, Diretor-Presidente do Complexo de Saúde Pequeno Cotolengo. Neste ano de 2022, comemoram-se 150 anos do nascimento de São Luís Orione, fundador da pequena obra da Divina Providência, Congregação Religiosa que está presente em cinco continentes e em mais de 32 países. No

Paraná, o Pequeno Cotolengo completou 57 anos de atuação, acolhendo seus filhos e filhas com amor e carinho. E para tornar este ano ainda mais especial, no dia 23 de junho será inaugurada uma unidade hospitalar que levará o nome do santo fundador. Anuncio a presença na Casa do Rev.^{mo} Padre Renaldo Amauri Lopes, Diretor-Presidente do Complexo de Saúde Pequeno Cotolengo; da Sr.^a Priscila Guimarães, Gerente de Desenvolvimento Institucional; e da Sr.^a Fabiane S. Botin, Gerente de *Marketing*; e do Sr. Josemar Cizonei, Relações Institucionais. Sejam todos bem-vindos. E para fazer a saudação aos convidados, concedo a palavra ao Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Só enquanto o Deputado Homero se dirige à tribuna, só para registrar. Ontem, o nosso querido Nani Goes, fotógrafo aqui, completou seus 70 anos, o que não é qualquer coisa. Setenta anos trabalhando e fotografando a Assembleia Legislativa. Parabéns para o Nani por todos os trabalhos que tem feito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na Assembleia ele está há uns cinco anos, mas no Brasil já está há uns 65, não é, Nani?

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Homero Marchese e o Sr. Padre Renaldo Amauri Lopes.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde, Sr. Padre Renaldo Lopes. O Deputado Tadeu mencionou o Nani aqui, também o parabenizo, mas o Padre Reinaldo fez aniversário no sábado, 55 anos, não é isso Padre? Parabéns ao senhor também. Senhoras Priscila e Fabiane, respectivamente Gerentes de Desenvolvimento Institucional e Gerente de *Marketing* do Pequeno Cotolengo, e Josemar responsável pelas relações institucionais. Sejam muito bem-vindos. Quando estive no Pequeno Cotolengo perguntei ao Padre e ao Diogo por que que a logomarca do Pequeno Cotolengo tinha um menino e uma menina e uma flor faltando uma pétala? Perguntei: mas por que está faltando uma pétala? E eles me responderam. Disseram-me que mesmo sem uma pétala, uma flor é uma flor e mesmo com deficiência uma pessoa mantém a sua dignidade e seu valor. Essa é a mensagem que essa logomarca do Complexo Hospitalar

Pequeno Cotolengo, aqui em Curitiba, uma das mais sérias instituições de proteção de pessoas com deficiência no País, ostenta. A unidade foi fundada em 1965, sob o carisma de São Luís Orione. E, agora, em 2022, aliás, comemora o 100.º aniversário do seu inspirador, São Luís Orione, o santo da caridade, o pai dos pobres, ocasião que será marcada pela inauguração, no dia 23 de junho, de uma unidade hospitalar que levará o seu nome no Complexo. Atualmente o Pequeno Cotolengo acolhe crianças, jovens, adultos e idosos com deficiências múltiplas, físicas e intelectuais, de qualquer região do Paraná e também do Brasil, se não estou enganado, que foram abandonadas por suas famílias, sofreram maus-tratos, ou viviam em situação de risco. São cerca de 230 assistidos que moram e recebem na instituição acolhimento, educação e saúde. Parte dos atendidos tem comprometimento físico e mental muito grave, a ponto de passar a vida toda em um leito. Outra parte vive em casas que remetem, o mais possível, a convivência familiar. O trabalho dos funcionários da instituição é muito difícil, mas é feito com muito amor também. Disse-nos, por ocasião da nossa visita à instituição, o Diogo Azevedo, Diretor-Executivo do Complexo Pequeno Cotolengo, que em pesquisas com os funcionários da instituição, descobriu-se que o maior sentimento deles é o orgulho do trabalho que fazem. Essa é uma impressão muito justa. A atuação dos funcionários se junta ao empenho de centenas de voluntários, que, entre várias ações, comandam os famosos churrascos do Pequeno Cotolengo, que agora voltam a acontecer depois da pandemia, o Padre estava me dizendo. Todo primeiro domingo do mês os famosos churrascos do Cotolengo em que as pessoas podem contribuir com a instituição e ainda levar para casa um belíssimo churrasco. Aliás, esse trabalho dos voluntários do Pequeno Cotolengo é fantástico também. Quando estive por lá, vi um grupo, era um grupo de senhoras muito ativamente elaborando a próxima ação que fariam. Todo atendimento prestado pelo Complexo de Saúde é gratuito para os moradores e a instituição se mantém com apoio de empresas e cidadãos. Essa visita que fiz me chamou muito atenção, impactou-me muito, porque o grau de limitação de boa parte das pessoas atendidas pelo complexo é muito grande. É muito grande mesmo. Algumas dessas pessoas passam a vida, como disse, em um leito hospitalar, e a doação e o carinho dos funcionários são enormes. É impossível não ver a fé e a presença de Cristo no trabalho do Pequeno

Cotolengo. É impossível não ver. Já visitei muitas instituições que cuidam de pessoas com deficiência, mas nenhuma com o grau de comprometimento que existe em alguns pacientes do Pequeno Cotolengo. E, depois da visita, empenhamo-nos em obter do Governo do Estado um apoio para uma iniciativa voltada a aprimorar os serviços prestados pela instituição. E, com uma atuação decisiva do então Secretário da Saúde, Beto Preto, e de toda equipe da Secretaria da Saúde, a quem agradecemos muito agora, o Governo do Estado firmou um convênio com o Pequeno Cotolengo, que está próximo de se concretizar, no valor de R\$ 250 mil, que vai permitir à instituição a compra de 40 *notebooks*, leitura de códigos de barra – e isso facilita na hora de ministrar a medicação para o paciente –, carrinho beira leito, 10 cadeiras de banho, carros de transporte e pratos térmicos. Ficamos muito felizes e honrados de colaborar com uma instituição tão séria, que cumpre um papel tão difícil, que muitos não se habilitariam a fazer. Não tenho dúvida alguma de que prestar auxílio a pessoas com deficiência é dever moral da coletividade e papel do setor público. Por isso, esperamos que as pessoas e o Estado, ao reconhecer isso, possam se envolver cada vez mais em iniciativas em favor de instituições como o Complexo de Saúde Pequeno Cotolengo. Que Deus abençoe os pacientes, funcionários, voluntários e mantenedores do Pequeno Cotolengo. Viva São Luís Orione! Muito obrigado! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, então, ouviremos o Reverendíssimo Padre Renaldo Amauri Lopes.

PADRE RENALDO AMAURI LOPES: Boa tarde a todos! Boa tarde ao Presidente, à Mesa, aos nossos amigos aqui presentes, Deputados. Sou Padre Renaldo, Diretor-Presidente hoje do Pequeno Cotolengo, religioso orionita há mais de 30 anos. Com 18 anos, saí da minha casa, vim para a então cidade de Quatro Barras iniciar a minha formação religiosa, que se completa depois na PUC com as faculdades que fiz. Estou há sete anos como Diretor do Pequeno Cotolengo, a instituição cujo Deputado colocou agora, hoje atende a 231 pessoas em estado de abandono total, pessoas que perderam o vínculo da família, pessoas que foram abandonadas nos hospitais, pessoas que hoje dependem de alguém e de uma casa para morar e para viver. Pessoas, por

exemplo, como esta que trago a certidão de nascimento, com nome “Aparecida”. Esta menina, que imaginávamos ter seus 82 anos, veio a falecer no sábado. Pessoa como essa que o Pequeno Cotolengo cuida e quer cuidar e quer acolher. Certidão de nascimento: “Certifico que no livro tal, à folha, e sobre o termo acima citados, consta o assento de nascimento de “Aparecida”, do sexo feminino, nascida em data ignorada, às horas ignoradas e em local ignorado, filha de pais ignorados, de avós maternos ignorados, avós paternos ignorados, foi declarante a Ordem Judicial.” Quando cheguei, há sete anos, nesta certidão estava escrito “Aparecida De Tal”. E pergunto: como que uma pessoa, em uma nação igual o nosso Brasil, em uma cidade como a nossa Curitiba, pode existir de tal forma? Fiz uma reclamação e o Juiz tirou o “De Tal”, mas deixou só Aparecida entre aspas. São essas pessoas, queridos amigos, Deputados, que acolhemos dentro do Complexo de Saúde Pequeno Cotolengo, pessoas totalmente vulneráveis, pessoas que precisam do apoio de uma sociedade, de uma comunidade, precisam do apoio de uma instituição como a nossa e precisam também do apoio do Estado. O que seria do Estado sem o terceiro setor? Onde o Estado do Paraná iria colocar 230 pessoas totalmente abandonadas, com deficiências múltiplas? Muitas vezes, essas pessoas que estão conosco, dentro dos hospitais, estariam em cuidados paliativos. Conosco, eles estão com cuidados de amor, de ternura, com a possibilidade de viver muito mais. O Pequeno Cotolengo existe na cidade de Curitiba desde 1965, quando então foi adquirido um terreno no que chamava Altos do Campo Comprido. Os amigos que não conhecem o Pequeno Cotolengo, fica na continuação da Avenida Iguaçu, lá naquele alto, no topo, saindo para o Norte do nosso Paraná. Ali formamos as nossas tendas, ali acolhemos as nossas primeiras 17 moradoras do sexo feminino. Hoje, ambos os sexos. Ali também se fez uma grande cidade da caridade, onde em 124 mil m² de terra acolhemos esses amigos, filhos, moradores, e hoje empregamos quase 600 pessoas. Por quê? Porque somos uma instituição de longa permanência, onde a pessoa vive conosco, morre conosco. E ali, então, quatro turnos se fazem. Quase 20 mil metros de área construída. A nossa instituição é dividida, senhores, em casas lares, que ficam dentro da instituição. Oito casas lares que acolhem pessoas com um grau de deficiência mais leve. E ali, então, tem uma mãe cuidadora, que fica também revezando em turnos para que elas

possam sentir um pouco o que é ser família. Quando festejávamos o *Dia das Mães*, quinta e sexta, na nossa instituição, uma das nossas moradoras, que tem o cognitivo um pouco mais preservado, diante das funcionárias mães, ela dizia: *Queria estar no lugar de vocês*. E ali completou: *Porque vocês têm mãe. Não sei quem é a minha mãe. A minha mãe são vocês*. Aqui tenho duas funcionárias que estavam lá. Então, temos ainda quatro grandes lares onde moram a partir de 20, 25 pessoas, temos uma unidade hospitalar, que é a Santa Terezinha, que atende aos hospitais de Curitiba. Há três anos, quando então entra a Secretaria da Saúde, nova, do município, ela nos procura. Havia nos hospitais de Curitiba mais de 60 pessoas em abandono hospitalar, pessoas que já estavam no hospital há dois anos, três anos, quatro anos, vieram morar conosco, ter uma vida mais digna. E isso gerou, no último ano de 2021, mais de 2 mil e 200 vagas rotativas do SUS curitibano. Por quê? A pessoa liberou o leito para gerar. Durante todo o ano, uma equipe multidisciplinar, composta de oito médicos e mais outras especialidades, como fisioterapia, hidro, psicóloga, fizeram a ter mais 2 mil 291 atendimentos aos nossos moradores. Investimos, no último ano, para vocês terem ideia, R\$ 32 milhões na nossa instituição e o custo médio dos nossos moradores hoje está em torno de R\$ 10 mil a R\$ 11 mil. A nossa vida se dá por meio de doação; talvez alguns que aqui residam, na cidade de Curitiba, já receberam telefonema do nosso *telemarketing* pedindo ajuda na conta de água, luz e telefone, talvez alguns de vocês já nos destinaram móveis, roupas, sapatos usados, os quais transformamos em dinheiro para somar esses 32 milhões para manter o Pequeno Cotolengo. Queremos também ainda agradecer a toda a comunidade desta Assembleia que durante anos vem nos apoiando, quando então também do *Paraná Mais Cidade*, onde alguns dos Deputados nos fizeram chegar alguns equipamentos e vários nos fizeram indicação. Infelizmente, pela burocracia, pouco nos chega; chegou, de todas as indicações que os senhores nos fizeram e outras que estão em trâmite, uma Van adaptada dos Deputados, que é do Michele Caputo e outro que está nos fazendo sinal, não é, e aí então hoje não podemos mais usufruir do *Paraná Mais Cidade* porque me parece que não é mais permitido para entidades do terceiro setor, somente para os municípios... (É retirado o som.) Ao Deputado que nos fez uma indicação de emenda e mostrar aos demais Deputados que é, sim, possível. Hoje recebemos emendas federais,

estaduais e municipais e posso garantir para vocês que não perco um real, não perco um centavo. E tudo é feito com muita transparência. O meu tempo termina e quero agradecer muito àqueles que nos confiaram, àqueles que nos conhecem há muito tempo e convidar os demais presentes que possam conhecer esta entidade que vive para pessoas igual a esta desta certidão de nascimento. Existem, sim, pessoas abandonadas na nossa capital; existem, sim, pessoas abandonadas, maltratadas, violentadas no nosso Estado e o Pequeno Cotolengo quer cuidar e cuidar sempre, mas também precisamos de apoio daqueles que nos conhecem, sabem da nossa causa e zelam... (É retirado o som.) (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão por instantes, para que possamos fazer as fotografias com os nossos convidados e também a entrega de Menção Honrosa.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 33/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 190/2022), que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado; Mensagem n.º 34/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 191/2022), que aprova crédito especial alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1275/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 407/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1276/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba ao Requerimento n.º 949/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1277/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 746/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1274/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Administração de Portos de Paranaguá e Antonina ao Requerimento n.º 1043/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1263/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 618/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1262/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 63/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1268/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1024/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1270/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Administração de Portos de Paranaguá e Antonina ao Requerimento n.º 950/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1264/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 855/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 169/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 170/2021, sendo convertido na Lei n.º 21027; **Ofício n.º 172/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 377/2021, sendo convertido na Lei n.º 21025; **Ofício n.º 173/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 659/2019, sendo convertido na Lei n.º 21024; **Ofício n.º 171/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 55/2022, sendo convertido na Lei n.º 21026; **Ofício n.º 165/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 433/2021, sendo convertido na Lei n.º 21018; **Ofício n.º 161/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 546/2018, sendo convertido na Lei n.º 21020; **Ofício n.º 164/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º

416/2021, sendo convertido na Lei n.º 21021; **Ofício n.º 162/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 271/2021, sendo convertido na Lei n.º 21022; **Ofício n.º 163/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 579/2018, sendo convertido na Lei n.º 21019; **Ofício n.º 187/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 155/2022, sendo convertido na Lei n.º 21039; **Ofício n.º 179/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 616/2021, sendo convertido na Lei n.º 21035; **Ofício n.º 150/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação da primeira e única parcela do convênio celebrado entre a União e o município de Corumbataí do Sul; **Ofício n.º 145/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação financeira do convênio celebrado entre a União e o município de Boa Esperança; **Ofício n.º 1301/2022** da Casa Civil, encaminhando informações referentes à prestação de contas da Companhia de Saneamento do Paraná, exercício 2021; **Ofício n.º 168/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação financeira do convênio celebrado entre a União e o município de Antônio Olinto; **Ofício n.º 170/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação financeira do convênio celebrado entre a União e o município de Espigão Alto do Iguaçu; **Ofício n.º 162/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação financeira do convênio celebrado entre a União e o município de Carlópolis; **Ofício n.º 155/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação financeira do convênio celebrado entre a União e o município de Salgado Filho; **Ofício n.º 158/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação financeira do convênio celebrado entre a União e o município de Anahy.

Era isso, Sr. Presidente, que temos para este início de Sessão.

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem, Sr. Presidente. O Galo aqui atrás.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,*
Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, um esclarecimento. Estou recebendo, inclusive, aqui, algumas perguntas da imprensa. Já conversei com o Romanelli e queria chamar atenção do Deputado Tadeu Veneri e dos demais colegas, para que o senhor possa responder para esclarecer. Aprovamos a lei em uma dessas nossas Sessões Plenárias. Aí, Presidente, quero só fazer uma pergunta para poder ver esclarecido. Quero colocar, aqui, rapidamente, Sr. Presidente. Um instante por gentileza. Aprovamos a lei para derrubar o passaporte sanitário. Aí, Presidente, a lei mais tarde foi sancionada pelo Governador. A pergunta, Presidente e a todos os colegas que estão, aqui, se a lei foi sancionada pelo Governador, ela não tem que ser cumprida? Porque ela não está sendo cumprida, nem pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, nem pela Prefeitura de Curitiba e outras Prefeituras. A informação que veio: *Ah, se quiser cumprir, que entre com um mandato de segurança.* Então, Sr. Presidente, queria esclarecesse antes de começar a Sessão, se for assim, então, legalmente, digo-lhe que toda a lei que Vossa Excelência conduziu e o Governador sancioná-la, vamos entrar com pedido de mandato, para poder valer? Queria entender, Sr. Presidente. Agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, a lei está vigente no Estado do Paraná. Agora, o cumprimento, se alguém se opuser, o caminho é a Justiça, impetrar um mandado de segurança para que haja justiça, assegure o direito da pessoa que se sentir lesada. Não há outra forma, até porque a Assembleia cumpriu o seu papel e, a partir de agora, cumpra-se a lei ou não. Com a palavra, Deputado Michele.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Michele Caputo; Doutor Batista; Mabel Canto; Soldado Adriano José; Plauto Miró; e Goura.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputados, Deputadas, de forma muito especial a todos que nos acompanham. Queria aqui destacar, Presidente, a presença da Marisol Domingues Mouro, do Nilson Ishida e do Fábio Augusto, representantes do Conselho Regional de Farmácia do Paraná e do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná. Venho aqui novamente porque hoje praticamente temos só Votos para discutir na pauta da Ordem do Dia, Votos esses que já deveriam ter sido discutidos. Entre esses Votos, temos o Item 9, que trata da discussão do Veto Parcial 2022, Projeto de Lei Complementar, que aqui em dezembro aprovamos pela unanimidade dos presentes, fruto de um acordo entre a Assembleia Legislativa, entre nós Deputados e Deputadas e o Governo do Estado, principalmente a Secretaria de Estado da Fazenda. Quero lembrar que há quase dois anos as farmácias acordaram um dia de manhã com notificações, Deputados, algumas chegavam a R\$ 500 mil, usando como indexador o preço máximo ao consumidor que ninguém pratica em lugar nenhum do País. Isso é uma ficção esse preço máximo ao consumidor. A farmácia que praticar o preço máximo ao consumidor quebra, em plena pandemia, e com prazos muito limitados de autorregularização. Aí fizemos Audiências, discutimos isso, isso foi sendo postergado, até que tivemos que fazer essa discussão aqui em Plenário. Fizemos a discussão, cedemos, porque a OAB, a Comissão de Direito Tributário da OAB colocou que o mais justo era o MVA, que é a Margem de Valor Agregado, e não o preço máximo ao consumidor, que a Fazenda no início, inclusive nas notificações, estava usando. Aí, entre outras coisas, acertamos prazos, eles queriam março, foi para maio na lei, mudamos e colocamos setembro, chegando a um acordo que entrou o preço médio ponderado ao consumidor final, que é uma mediana, que se não é tão bom quanto o MVA, que é o mais justo, também não é o desastre que seria a cobrança via esse indexador, que é uma ficção, que é o preço máximo ao consumidor. Fizemos esse acordo. Para a nossa surpresa, no início deste ano, 14 de fevereiro, foi colocado aqui o veto parcial do Governo a três artigos. O parágrafo único do art. 1º, que é o que tínhamos aprovado, que os débitos seriam calculados por meio de fatores geradores até 30 de setembro de 2021, aí o Veto joga para 31 de maio. Tínhamos colocado que inexistindo o preço médio ponderado ao consumidor final se usaria o MVA, que é a margem de

valor agregado, isso foi vetado, essa margem de valor agregado, caso não exista a condição de fazer o PMPF, e também teve um Veto ao parágrafo 4.^º do art. 3.^º. Então, gente, só quero dar um exemplo da aplicação desses indicadores. Se você aplicar, o caso de uma farmácia lá da Vila São Domingos, da nossa querida Maringá, Marchese, Jacovós, Adriano, Batista, se você aplicasse o PMC, que é o preço máximo, 331 mil, é como ela foi notificada inicialmente, se aplicasse o MVA, sairia em torno de 70, aplicando o acordo que foi feito, que é o PMPF, são 146 mil. Ocorre que antes mesmo que pudéssemos, Deputado Requião, discutir aqui esse Veto, e tinha feito esse apelo ao Líder do Governo à época, o Líder do Governo também entendia como entendíamos, a Fazenda já começou a notificar para que quem quisesse parcelar nesses novos termos, tivesse já que fazer a partir de março. Então, já devemos ter já a terceira parcela sendo cobrada, em um total desrespeito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, por favor, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Concluindo, Presidente. Em um total desrespeito à Assembleia Legislativa. O ideal era esperar essa discussão do Veto, a partir daí, vetando, derrubando ou mantendo, se fizesse a cobrança. Então, não discutimos o Veto, ele veio hoje, quero agradecer, Presidente, a sua palavra, que na quarta-feira isso desencadeou todo um processo de levantamento de Vetos que precisam aqui serem discutidos, e já começaram a cobrar. São 1.920 farmácias, farmácias de pequenos proprietários, a maior parte deles farmacêuticos. Isso não afeta as grandes redes, isso está afetando mais de 2.000 famílias no Paraná, gente que trabalha mais de 14 horas por dia, profissionais que fizeram a diferença na pandemia, gente que tem que ter o nosso respeito, e é importante que derrubemos o Veto do Item 9 aqui hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, Mesa Diretiva, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, senhores que nos visitam e todos que estão nos assistindo agora. Senhor Presidente, primeiro quero agradecer a V.Ex.^a e à Mesa Diretiva pela autorização e a preocupação que o senhor tem com toda a saúde do Estado do Paraná, principalmente com os funcionários desta Casa, porque o senhor me autorizou a fazer uma palestra de medicina preventiva aqui neste Plenário, fiz o convite em todos os gabinetes para os colegas Deputados, Deputados e Deputadas. Lotamos este Plenário hoje de manhã para falar sobre medicina preventiva também para todo o Estado do Paraná. Falar das prevenções dessas doenças, doenças infectocontagiosas. Graças a Deus fiquei muito feliz com o número de participantes aqui da palestra. Fizemos uma orientação, Sr. Presidente, que estamos muito preocupados com toda a saúde do Paraná, estamos preocupados porque trabalhamos, estamos na ativa ainda, trabalhando como médico, como cirurgião, atendendo aos pacientes, fazendo um trabalho, e fiz uma explicação hoje e mostrei uma cirurgia, para que as pessoas tomassem consciência que se você fizer uma bela de uma medicina preventiva, você não precisa ir para o centro cirúrgico para nenhuma patologia, basta se orientar e fazer a prevenção. E, também, Sr. Presidente, não poderia deixar de passar em branco esse dia tão comemorativo que é a cidade canção, a cidade de Maringá hoje, feriado na nossa cidade de Maringá, comemorando o seu aniversário, que ocorrerá amanhã, dia 10 de maio. Em 47, quando éramos Distrito ainda de Mandaguari, em 51 passamos a município de Maringá e hoje é o aniversário da cidade de Maringá, festa com o Prefeito Ulisses Maia, todas as autoridades, os Deputados Nishimori, Deputado Enio Verri, Deputado Ricardo Barros, estiveram todos presentes no desfile lá hoje e a festa muito boa, e a comemoração também, com a presença do nosso Frei Dom Severino, que fez uma missa em comemoração ao 50 anos daquela maravilhosa Catedral da cidade de Maringá, aquele que é um símbolo turístico, que atrai, Deputado Plauto, todos os visitantes de todo o mundo para ver a nossa Catedral de Maringá. E aproveitar para convidar todos do Estado do Paraná, do Brasil e do mundo, a nossa Feira de Exposição de Maringá. Já foi dado o pontapé inicial, já foi lançada a nossa feira, com início, realmente com uma quantidade incontável de pessoas que estão realmente participando, as

pessoas estão todas carentes realmente de diversões, e a nossa Feira Agropecuária, uma das melhores feiras do País. Então, convido todos que vão a Maringá, participem da feira, participem dos bons negócios, e com isso, parabéns à cidade Canção, parabéns a Maringá. Não poderia deixar, em nome de todos os nossos colegas Deputados de Maringá, nossos colegas Deputados, aqueles que também são da região de Maringá. Gostaria agora, Sr. Presidente, não gostaria, é claro, de dar uma notícia triste, dar uma notícia triste de um grande companheiro, de um grande amigo, um grande Vereador da cidade de Sarandi, meu amigo particular, meu paciente, meu companheiro, infelizmente foi acometido por uma surpreendente parada cardíaca e chegou a óbito. Foi a óbito hoje o meu grande Vereador, Cícero da Saúde, sempre sonhava ser Vereador. Estive, sábado retrasado, conversando com ele, batendo um papo. Foi ao meu consultório e ficamos umas duas horas batendo papo e ele falava que era o sonho dele ser Vereador da cidade de Sarandi. Estava muito feliz. Olha a alegria das pessoas, muito feliz porque o filho dele recebeu uma promoção, como um grande gari que é lá em Maringá, fazendo um trabalho, felicidade tamanha. Infelizmente perdemos o nosso grande Vereador Cícero da Saúde. A saúde perdeu muito lá em Sarandi. E Sarandi hoje está de luto, Sr. Presidente. Estou muito triste por perder um grande amigo Vereador, Cícero da Saúde. É só até então, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados, a todos que estão nos assistindo. Hoje subo a esta tribuna para fazer uma solicitação ao DER. No último final de semana, na estrada que liga o distrito de Socavão a Castro, tivemos, Deputado Plauto, um acidente muito grave. Um casal que estava se deslocando ali pela PR-340 acabou colidindo com um caminhão que estava carregado com cal. Ali é uma região que tem as minas de calcário e acabaram, infelizmente, falecendo na hora. Esse não é o primeiro acidente que está acontecendo ali na PR, que há muito tempo está descuidada. E muito do que possa ter acontecido nesse

acidente, que tenha ensejado esse acidente, é a questão da sinalização. A PR está completamente sem sinalização. E aí juntando com neblina, juntando o período noturno e ainda as curvas que existem ali na PR, realmente, o resultado poder ser fatal. Mostro aqui, inclusive, uma foto do local onde houve esse acidente, na última sexta-feira, onde esse casal acabou sendo vitimado, acabaram falecendo ali por conta de colidir com o caminhão. Como vocês podem ver é uma região, é uma estrada que está completamente sem sinalização nas laterais, no centro, poucas placas também. Isso acaba influindo também para questão desses acidentes. Não é o primeiro acidente que acontece, por isso estamos hoje requisitando, solicitando ao DER que também faça a sinalização da PR-340 entre o distrito de Socavão e o município ali de Castro. Tivemos em março deste ano também outro acidente que acabou vitimando o motorista de uma ambulância do Samu, que estava levando um paciente ali para o Socavão e que também acabou colidindo com um caminhão e vindo a óbito no local. Como o local está sem sinalização, estamos fazendo essa solicitação ao DER para que tome com a máxima urgência as providências e sinalize ali a pintura das faixas na PR-340, bem como também da PR-090, que também é um trecho que dá acesso ali aos municípios. E o outro assunto que também me traz aqui hoje é em relação, justamente, ao que o Deputado Michele Caputo falava sobre a questão a votação dos Votos, principalmente ao Projeto de Lei Complementar n.º 8/2021. Quero dizer que votarei também pela derrubada do Veto. Conversei com farmacêuticos lá da região dos Campos Gerais, principalmente aqueles das pequenas farmácias. Acho que as modificações que foram realizadas por esta Casa ao texto original enviado pelo Governo, em especial justamente a emenda do Deputado Michele Caputo, visam alcançar um número maior de beneficiados, pelo parcelamento dos débitos fiscais, que tratava o presente Projeto, incluindo aí os fatos gerados até o dia 30 de setembro de 2021 e que não são somente até maio, como o Deputado Michele já falou, como constava na redação original. Já que o Governo não atendeu à demanda dos farmacêuticos em fazer o perdão, em dar o perdão dessa dívida de ICMS, que foi um pedido aqui feito, inclusive foram feitas Audiências Públicas. Cheguei a ser proponente, com o Deputado Michele sobre uma delas, que inclusive ocorreram em razão de um equívoco da substituição tributária. Então, ao menos, essas emendas que foram vetadas

incluem um número maior de beneficiários desse parcelamento. De modo que, então, temos hoje aqui, como já votamos a favor da emenda, neste momento de ajudar esses pequenos farmacêuticos aqui do Estado do Paraná e fazer a derrubada desse veto aqui na Assembleia. Era isso, Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, toda Mesa, Sr.^{as} Deputadas, Deputados, público que nos assiste em casa. Subo novamente aqui à tribuna para tratar de um assunto extremamente importante para a Polícia Militar do Estado do Paraná, principalmente para os Praças da Polícia Militar, que é algo de extrema importância na carreira, que é o avanço, que são as nossas tão sonhadas e conquistadas promoções. Passei praticamente sexta, sábado e domingo falando com muitos policiais militares, Praças da Polícia Militar, e a preocupação de vocês é a mesma preocupação minha, inclusive tenho aqui em mãos uma minuta de Projeto de Lei, que está na Casa Civil, protocolado 17966814/9, que trata sobre alteração na lei de promoção de Praças. Uma conquista dos nossos Praças, que hoje a carreira dos Praças tem simetria com a carreira dos nossos oficiais. Os oficiais passam no concurso e gradativamente, automaticamente, são promovidos até o último posto de coronel. E hoje isso também tem acontecido na promoção dos nossos Praças. E o pouco que li aqui desse anteprojeto de lei, há mudanças na lei de promoção, onde será exigido concurso para que haja promoção, o avanço de graduação para graduação. Falei, agora na parte da amanhã com o nosso Líder do Governo, Deputado Micheletto, o Sargento Carlos está aqui acompanhando a Sessão, conversamos bastante sobre isso. Recebi uma ligação recentemente, agora há pouco, do Deputado Federal Sargento Fahur, que está extremamente preocupado com essa situação. Então, faço uso da palavra para dizer que, alinhando com o Governo do Estado, posso afirmar que não vai ter *bolada nas costas*, não vai ter projeto aprovado contrário a vontade dos nossos Praças, esse é um compromisso da Liderança do Governo, que falei hoje, do Governo do Estado, dizer que temos muito que avançar. Não digo que a lei não teria algo que tenhamos que melhorar, até pode ter, mas temos

que trabalhar e ouvir aqueles que serão afetados diretamente, que é a base da Polícia Militar. Estamos acompanhando. Estamos atentos. Vou alinhar para que possamos verificar onde está esse anteprojeto. Já estaria alinhado para vir aqui para a Assembleia, para que possamos fazer um debate com muita seriedade e ver, realmente, o que tem dentro desse Projeto. E aquilo que for bom para que possamos levar adiante, aquilo que não for bom para que possa ser retirado antes de vir aqui para a Assembleia Legislativa. Mas acompanharemos e defenderemos sempre a base da Polícia Militar e a Polícia Militar como um todo. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Plauto Miró.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. No dia de hoje vamos votar um Veto que foi dado pelo Sr. Governador do Estado, Ratinho Junior, a um Projeto de Lei de 2017, que começou a tramitar nesta Casa, de autoria dos Deputados Tião Medeiros, Soldado Adriano José e Emerson Bacil. Bernardo não está mais conosco e o Emerson Bacil ele não está mais exercendo seu mandato, mas é um Projeto de Lei que recebeu o voto e que, na minha avaliação, é de suma importância. Ele isenta, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, os veículos determinados aqui que passariam de graça na praça de pedágio. Quais são os veículos que teriam esse benefício? De propriedade da Polícia Militar Rodoviária, de atendimento público de emergência, tais como o Corpo de Bombeiros, ambulâncias, quando estiverem em serviço; das forças militares quando instrução ou manobra, oficiais desde que credenciados, em conjunto pelo DER e pela concessionária. Acho que mais do que justo. Vimos uma concessão de 24 anos que nunca deu ouvidos e quis discutir esse tema para que se pudesse isentar esses veículos, mas o Projeto de Lei foi encaminhado e o Governador Ratinho Junior, não sei muito bem o porquê, o vetou. É Veto dado pelo atual Governo, e quero aqui alertar aos Deputados que temos uma oportunidade, agora, Deputado Guto Silva, o senhor que fez parte do Governo do Estado do Paraná também, e não sei se não foi assinado pelo senhor esse Veto, porque é o Chefe da Casa Civil que assina o veto, só lembrando. Só lembrando! Sei você está quietinho aí, de

cabeça meio baixa, mas só lembrando que, por meio dessa lei, nós, Deputados, não mais veremos as novas concessões cobrando desses veículos. Quero pedir para vocês no momento de votar analisarem com profundidade e ver se está certo este voto ou as novas concessões, das quais tanto discutimos aqui, sobre como seriam essas novas concessões. E este aqui foi um dos temas que foi discutido. Espero que com a lei não vejamos mais aquilo que vimos no passado: que é ambulância, carros do corpo de bombeiros, carros da polícia militar, da polícia rodoviária pagando pedágio no nosso Estado do Paraná. Era só, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados. Peço para analisarem que vou votar pela derrubada do voto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Boa tarde, Deputados, servidores, cidadãos paranaenses que acompanham a nossa Sessão. Começo, Sr. Presidente, com um breve relato. Neste final de semana, o Partido Democrático Trabalhista que eu, com muita honra, sou Líder aqui nesta Casa, elegi-me Deputado Estadual pelo PDT, fui candidato a Prefeito pelo PDT, Prefeito de Curitiba; fui Vereador de Curitiba pelo PDT, e neste final de semana recebemos o nosso candidato à Presidência da República, Ciro Gomes, em um grande evento aqui na nossa capital. Um evento para reafirmar, Deputado Fruet, as bandeiras históricas do PDT na defesa da educação, na defesa da Constituição, contra a ditadura. Lembrando aqui como o Brizola chamava, Deputados, aqueles que eram saudosos da tortura, que eram saudosos do AI-5, chamava aqueles de *filhotes da ditadura*. Era isso que Leonel de Moura Brizola falava, daqueles saudosos de um período onde não havia democracia, de um período onde não havia direitos; onde os direitos eram violados pelo próprio Estado brasileiro. Aqui reafirmamos, Deputado Arilson, na vinda do Ciro Gomes que tem todo o direito de se colocar como candidato. Sabemos que o Brasil está polarizado, candidaturas que se colocam em campo, mas o PDT oferece, sim, Sr. Presidente, uma alternativa para o povo paranaense e para o povo brasileiro. Também quero destacar, Sr. Presidente, que estamos há cem anos comemorando, agora em 2022, o centenário de Leonel de Moura Brizola e

também o centenário de Darci Ribeiro. Dois brasileiros gigantescos, Dr. Batista, que contribuíram muito para o desenvolvimento social e histórico da república brasileira. Fica aqui, então, esse nosso registro. Também aproveito, Sr. Presidente, para pedir aqui e publicizar o nosso apelo à Bancada Paranaense na Câmara Federal, aos nossos Senadores, que trabalhem para a derrubada do veto que Bolsonaro fez à Lei Paulo Gustavo. A lei, senhoras e senhores, aqui todos defendem o Paraná, defendem as políticas para o Estado paranaense. Estamos falando de R\$ 201 milhões que viriam para o Paraná com a Lei Paulo Gustavo, aprovada, Lei de Apoio à Cultura Brasileira. É um absurdo isso e pedimos aos nossos Deputados Federais, aos nossos Senadores que trabalhem com afinco para a derrubada desse veto absurdo. Aproveito aqui a presença de membros da Comissão de Cultura, em especial o Deputado Guto, que é o nosso Presidente, para que também essa pauta seja encampada por todos os Parlamentares. Mais uma vez friso, Sr. Presidente, estamos falando de R\$ 200 milhões para a cultura paranaense e não estamos falando aqui apenas de *shows*. Estamos falando de uma indústria cultural, uma indústria que gera trabalho, que movimenta a economia e que tem que ser, sim, prestigiada. São esses pontos, Sr. Presidente. Neste minuto que me resta, um último assunto. Amanhã, nesta Casa, às 9 horas, faremos mais uma Audiência Pública para discutir, Sr. Presidente, o Paraná Quilombola. As políticas públicas importantes para as comunidades quilombolas do Estado do Paraná. Temos comunidades quilombolas na Região Metropolitana, no nosso Litoral, nos Campos Gerais, na região de Guarapuava, Deputado Estacho, e amanhã convido os Parlamentares se possível, de forma híbrida, teremos aqui a presença no auditório legislativo, de lideranças, de especialistas, de representantes das comunidades para que possamos fortalecer as políticas públicas para os quilombolas. E, por fim, lembro, Sr. Presidente, fizemos uma ação importantíssima com o TRE, há poucas semanas, para estimular a regularização do título eleitoral das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras do Estado do Paraná. Esse foi um pedido que levamos ao TRE com a Defensoria Pública da União e o pleito foi plenamente acatado pelo Presidente do TRE, Desembargador Wellington de Moura, que determinou ações, mutirões da Justiça Eleitoral em um programa chamado *Cidadania Plena*. E para nossa felicidade, Sr. Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): ... e para nossa imensa felicidade, esse programa do TRE virou uma política permanente. Agora no último dia 3, o TRE, Deputado Arilson, emitiu uma portaria tornando esse programa permanente no âmbito do TRE para regularização do direito eleitoral das comunidades. E amanhã, Sr. Presidente, o Desembargador Wellington de Moura estará aqui, possivelmente na própria Sessão, para receber essa homenagem e queremos mais uma vez convidar os Parlamentares. Amanhã às 9 horas, o Paraná Quilombola, devemos muito aos quilombolas de todo o Brasil e aqui do Estado do Paraná, especialmente. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão. Quero também cumprimentar a população de Maringá. Hoje Maringá está de aniversário, cumprimentar, agradecer sempre a boa acolhida em Maringá, o apoio que sempre recebo da cidade de Maringá. Minha gratidão à população de Maringá e parabéns pelo trabalho muito importante que a população de Maringá tem feito, tornando Maringá uma cidade modelo para o nosso Estado, para o nosso País e é um modelo também respeitado internacionalmente. Viva Maringá! Viva essa população guerreira, exemplar, de Maringá! Quero também, Sr. Presidente, falar novamente do Projeto de Lei que incluímos no sistema na quarta-feira. É um Projeto que trata dos servidores civis, mas trata também do pessoal militar. Vários servidores e vários militares perderam suas aposentadorias em processo administrativo ou porque foram condenados por motivos mais diversos em ações judiciais, que não têm nada a ver muitas vezes com a carreira, com o trabalho que desempenhou ao longo de sua vida laboral, como servidor do Estado do Paraná ou como Policial Militar do Estado

do Paraná. Há uma injustiça que precisa ser reparada. Temos trabalhadores que, já com idade avançada, estão sem direito previdenciário, que é um direito social previsto no art. 6.º da Constituição Brasileira. O art. 92 do Código Penal Brasileiro não prevê esta pena. Isso contraria o Código Penal Brasileiro. Então, por isso, estamos pedindo a todos os Deputados e Deputadas para assinarem o Projeto, sendo autores e sendo autoras comigo deste Projeto. Já na quarta-feira passada colocamos no sistema e estou pedindo aos Deputados e Deputadas que queiram contribuir para pormos fim a esta injustiça, que há tempo vem fazendo vítimas no Paraná. Não podemos concordar. Um processo administrativo pode punir o servidor ou um militar, mas não pode punir caçando a aposentadoria, porque é uma contribuição feita para a previdência, que gerou o direito de receber a aposentadoria depois de cumprir o tempo de contribuição e ter a idade necessária para aposentar. Então, não pode fazer esta brutalidade contra um trabalhador, uma trabalhadora, e aqui no Estado do Paraná esta brutalidade tem acontecido e precisamos resolver isso. Por isso, este Projeto é importante. Peço o apoio. Mais do que o apoio, peço a assinatura de vocês neste Projeto para serem autores e autoras comigo neste importante Projeto. Está no sistema. Vamos aguardar até amanhã para mais Deputados e Deputadas assinarem este Projeto. Quero também aqui, Sr. Presidente, falar novamente do que está acontecendo com os funcionários de escolas terceirizados no Paraná. O Governador contratou 13 empresas, uma delas já faliu, que é a empresa que contratava funcionários para trabalhar nas escolas do Núcleo de Educação de Toledo, no Oeste do Paraná. Ela faliu, não pagou o salário dos servidores, desses funcionários de escolas do mês de março. Não pagou, deu o calote, e ela desapareceu, mas não pagou os direitos trabalhistas, não fez o acerto. E agora, em Pato Branco, até hoje, os funcionários de uma terceirizada, que se chama UP, não receberam os salários de abril. Tentam falar com a empresa, ninguém atende, sumiram. Daqui a pouco essa UP pode decretar a falência também. Contrataram empresas falidas, inclusive algumas delas, para prestar serviços para o Estado do Paraná na educação. Isso é vergonhoso. Ficou mais caro para o Estado. Quero repetir aqui: o Estado gastava 18 milhões por mês para pagar 11 mil e 300 funcionários de escolas, agora está gastando mais de 30 milhões por mês com 8 mil funcionários. E os funcionários estão recebendo um salário bem menor do

que recebiam quando o contrato era feito direto com o Estado, sem atravessador. E as escolas estão com uma quantia de funcionários que não dá conta do serviço, e 35% desses 8 mil não são contratados por 40 horas semanais, são apenas por 20 horas semanais. Então, não dá 8 mil de 40 horas. Isso é um absurdo! Todos os diretores e diretoras estão revoltados. A comunidade está revoltada. O Governo pode corrigir isso, tem tempo de corrigir, não precisa continuar. Não precisa esperar a Justiça mandar suspender isso. Então, quero mais uma vez aqui me dirigir ao Governador Ratinho Junior, para que corrija este absurdo enquanto é tempo. Lá na roça tratávamos isto, esses intermediários de *gato*. Era o *gato* que intermediava mão de obra, terceirizada, para levar os trabalhadores na roça. Não precisamos de *gato* nas escolas. O Estado pode contratar os funcionários e colocar para trabalhar diretamente nas escolas com contrato celebrado, porque sempre pôde. Os funcionários da Secretaria da Educação estão lá. Os Núcleos de Educação têm funcionários também no Núcleo de Educação, tem Secretário de Estado da Educação. Não precisa repassar dinheiro para as empresas privadas contratar funcionários para levar para as escolas. Então, esse tipo de *gato* na educação não dá certo. Precisa urgentemente o Governador tomar providências para suspender os *gatos* e fazer o contrato direto com os funcionários para trabalhar nas escolas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Soldado Fruet.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet (PROS); Delegado Jacovós (PL); Requião (PT); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, Deputadas, paranaenses que nos prestigiam acompanhando esta Sessão por meio do canal da Assembleia, redes sociais, uma boa tarde a todos! Senhor Presidente, na última quarta-feira e quinta-feira, estive em Brasília, onde continuamos a nossa luta contra os pedágios e nossa busca junto aos Deputados Federais aliados por mais recursos para a saúde e segurança pública. Obtivemos bons resultados nessa viagem, mas hoje

limitarei meu assunto ao pedágio, um mal que atinge todos os paranaenses e reflete diretamente no custo de cada item produzido em nosso Estado, e por consequência no custo de vida de cada um de nós. Nossa primeira agenda foi com o Dr. Davi Barreto, diretor da ANTT, que nos atendeu com a sua equipe reunida, incluindo até o gerente de concessões da agência. A eles expliquei o mal que o pedágio trouxe ao Paraná, nos últimos 25 anos, e a preocupação que os paranaenses têm com a modelagem do novo pedágio porque, nos moldes que ele está sendo apresentado, repetiremos os mesmos erros por mais 35 anos. Explicamos também a necessidade de obras não previstas no edital divulgado e demonstramos a previsão de obras que já deveriam estar prontas, que já foram cobradas dos paranaenses, mas que por desvio de conduta das concessionárias, para não falarmos aqui por roubo, não foram realizadas, e agora querem que paguemos novamente por elas. Demonstramos matematicamente que o novo pedágio, daqui a cinco anos, será mais caro que os que pagávamos até recentemente, apesar da propaganda mentirosa divulgada pelo Governo Ratinho Junior. Coincidemente, no dia anterior à minha reunião, em Sessão Plena do Tribunal de Contas do Paraná, o eminente Conselheiro Nestor Baptista destacou a nossa representação e a decisão do TCE em declarar inidôneas as concessionárias que atuaram no Paraná. O Conselheiro destacou uma nota da concessionária Ecovias e elogiou o trabalho dos Técnicos e Conselheiros daquele Tribunal, os quais neste momento quero também parabenizar, pois os estudos do TCE, no que se refere ao pedágio, foram perfeitos e realmente inquestionáveis. O TCE comprovou o que alegávamos há anos, que as concessionárias de pedágio deixaram de investir ou desviaram recursos na ordem aí de quase mais de R\$ 10 bilhões. Isso tudo também expusemos à ANTT, sendo que o seu Diretor David Barreto nos confirmou ter conhecimento dos problemas envolvendo o pedágio no Paraná e que a agência estaria de olho aberto para que casos assim não se repetissem, e se comprometeu ainda a nos encaminhar todos os projetos das novas concessões, permitindo-nos sugerir as obras necessárias e demonstrar as obras que já deveriam ter sido concluídas na concessão anterior. Quero deixar claro que sou contra o pedágio em qualquer modelagem, pois pagamento altos impostos, suficientes aí para a manutenção das nossas estradas, mas como esses estudos também são

utilizados pelo Ministério dos Transportes para avaliar a necessidade de obras, vamos sugerir aquelas que acreditamos serem necessárias em nosso Estado, principalmente na minha região Oeste, a minha querida cidade de Foz do Iguaçu. Agora peço a atenção dos Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas e do povo que no assiste para um comentário importantíssimo que ouvi do Gerente de Concessões da ANTT. Ele nos deixou bem claro que os preços previstos no plano de outorga sofrerão um reajuste antes mesmo de o edital ser lançado, pois, segundo ele, os custos das obras aumentaram e devem ser recompostos no edital. Ou seja, meus amigos, o pedágio subirá antes mesmo de o edital ser lançado! Agora imaginem V.Ex.^{as} e povo que nos assiste que se antes do custo já aumentou, o que acontecerá após as concessionárias começarem a atuar no Estado? Será um tal de assinar aditivo de reequilíbrio orçamentário que, quando vermos, o pedágio no Paraná estará custando muito mais do que até o ano passado. Se antes mesmo de o edital ser lançado a ANTT já vai rever valores, imaginem após! Na mesma quinta-feira estive também no Tribunal de Contas da União, em uma reunião com o Ministro Antonio Anastasia, com quem já havia até me reunido via remota, via virtual, e expus a ele a nossa representação ao TCE pedindo que a decisão que declarou inidôneas as concessionárias em nosso Estado fosse ampliada para a União, o que impedirá essas empresas e seus sócios de participarem de qualquer licitação no País. Em primeiro momento, na representação que fizemos, os técnicos do TCU entenderam que a decisão do TCE por si só já impede a participação das concessionárias em qualquer licitação e, pelo teor da nota da Ecovias, citada pelo Conselheiro Nestor Baptista, essas concessionárias estão esperneando, estão desesperadas e buscando aí a todo o custo a reversão da decisão do TCE, do Tribunal de Contas do Estado, para poderem participar da nova licitação. Felizmente, até o momento, o povo paranaense, por meio do nosso mandato, tem sido, sim, vitorioso, pois a inidoneidade dessas concessionárias permanece. O Ministro Anastasia nos informou que a nossa representação ao TCU foi anexada ao processo de análise das concessões e será avaliada no conjunto do processo, garantindo-nos que a nossa colocação será considerada e analisada com a atenção que merece, pois se trata aí de uma concessão de R\$ 140 bilhões, cuja duração de contrato é de pelo menos 35 anos e suas ações atingem milhões de paranaenses, cidadãos que merecem respeito.

Senhor Presidente, esta Casa tem um trabalho extenso no que se refere ao pedágio, mas, após a aprovação de uma lei aqui que concedeu à União as nossas rodovias, a qual permitirá a instalação de mais de 15 praças de pedágio, parece que o assunto está esfriando. Já afirmei em Plenário que não adianta nada subirmos aqui à tribuna, criticarmos os pedágios, falar da falta de obras, falta de investimento, de preço alto, não adianta nada criticar se permitirmos a instalação dessas 42 praças de pedágio no Paraná neste momento. Precisamos continuar a nossa luta antes da assinatura dos contratos, pois após será tarde demais. O paranaense e o setor produtivo do Paraná não podem pagar mais esta conta; estamos vendo as cooperativas construindo sub-sedes no Mato Grosso do Sul alegando que o custo-Paraná está ficando inviável, e imaginem quando esta cerca de pedágios que o Governo Ratinho Junior está construindo no Paraná ficar pronta? Se hoje vemos empresas deixando de se instalar no Paraná apenas pelo medo dos pedágios, no futuro veremos empresas indo embora do nosso Estado pelo custo do pedágio, essa herança maldita do Ratinho Junior, cujo mandato parece estar próximo do final, será um Estado que perdeu competitividade industrial, um Estado que desconsiderou e abandonou os seus servidores, um Estado que terá a maior malha de rodovias pedagiadas do País. Essa herança maldita do Governo Ratinho Junior deve ser combatida agora e não ser lamentada depois. A minha luta contra os pedágios continua. Em breve novas ações serão tomadas pelo nosso gabinete nas esferas judiciais e também em breve trarei aqui outras situações que tratei em Brasília, inclusive envolvendo recursos do Fundo Nacional de Segurança, onde estive com os Diretores e saí surpreso, Sr. Presidente, surpreso mesmo com os elevados valores repassados pelo Fundo ao Paraná, mas que não vemos essa efetiva aplicação. Senhor Presidente, por hoje é só. Que todos tenhamos uma ótima semana.

Deputado Goura (PDT): Deputado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pois não.

Deputado Goura (PDT): Permite-me um aparte?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pois não.

Deputado Goura (PDT): De forma breve, primeiramente parabenizá-lo, Deputado, por sempre estar trazendo o tema aqui do pedágio com propriedade, buscando justamente evidenciar, explicitar esse que é o nosso papel, de fiscalização do Poder Executivo. Apenas uma questão que me chamou a atenção. Descendo para o litoral, temos a praça da BR-277 desativada, como todas as demais, mas tem ali um imenso *banner* de propaganda publicitária de uma marca de pneus. Fiquei curioso em saber, acho que podemos encaminhar até um pedido de informações, como está se dando esse trato, porque é um espaço público, até onde sei, com a devolutiva das praças isso é um patrimônio do Estado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, para concluir.

Deputado Goura (PDT): ... e está sendo utilizado para uma propaganda comercial. Até quando foi o fim do pedágio, em novembro, estava uma propaganda do Governo do Estado dizendo que não tinha mais pedágio e agora uma propaganda comercial. Então, acho que também é um ponto que merece a nossa atenção. Parabéns, Deputado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Obrigado, Deputado Goura, pelo encaminhamento. Com certeza também o Governo vai querer saber, porque aquele espaço ali é dele, não é, de ele fazer a propaganda enganosa dele. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença nesta Casa do Vereador Delegado Luiz Alves, de Maringá, por solicitação dos Deputados Jacovós, Adriano José e Dr. Batista. Obrigado pela presença. Seja sempre bem-vindo. Próximo orador, Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente e demais pares Deputados e Deputadas desta Casa, hoje comemoramos o aniversário da cidade de Maringá, 75 anos, e queremos nos dirigir a essa população que... Todos que chegam ali em Maringá são bem acolhidos, não é, Dr. Batista, Soldado Adriano, todos os que chegam ali, oriundos de diversas regiões deste

País, por ali ficam. Uma população acolhedora, uma cidade em franco desenvolvimento. Parabéns a todos os trabalhadores que fazem com que a cidade de Maringá seja reconhecida como uma das melhores cidades do País para se viver em qualidade de vida. Na comemoração do aniversário de Maringá, na sexta-feira, inauguramos na cidade de Maringá, Doutor Batista, o Restaurante Popular lá em um bairro da zona oeste, lá no Ney Braga. São mais de 250 refeições diárias, no Restaurante Popular, ao custo de R\$ 3,00. Quando o Prefeito Ulisses Maia assumiu como Prefeito de Maringá, tínhamos mil refeições diárias no Restaurante Popular, que fica no centro de Maringá, com refeições a R\$ 3,00, de boa qualidade: arroz, feijão, carne, salada, fruta. Agora, o Prefeito vai dobrar esses restaurantes populares, inaugurando esse no Ney Braga, na sexta-feira; outro na zona norte; e mais um na zona sul – passando para 2.250 refeições diárias em Maringá. Está de parabéns o Prefeito e, obviamente, a Secretaria de Ação Social de Maringá, minha esposa Sandra Jacovós. Queria dizer também que está de parabéns o Governo Estadual, Líder Micheletto, por estarem investindo, Micheletto, na construção de restaurantes populares, por meio da Secretaria da Agricultura. Aliás, o Ortigara estava lá e falou muito bem que o Governo faz esses investimentos, principalmente, para garantir a segurança alimentar dos mais necessitados, das pessoas humildes. O Governo faz a construção, obviamente que o recurso para construção dos restaurantes populares é do Governo, por meio da Secretaria da Agricultura, inclusive da cozinha central que vai abastecer esses restaurantes. Então, parabéns ao Governador Ratinho Junior, ao Secretário Ortigara por terem essa visão. Os Prefeitos que quiserem levar essa alimentação barata, a um custo barato, aos seus municípios, entrem em contato obviamente com a Secretaria da Agricultura que terão os recursos disponibilizados. Na sexta-feira também tivemos a abertura a Expoingá, que é a Feira Agropecuária, umas das maiores do Brasil. Tivemos a presença do Governador Carlos Massa Ratinho Junior na abertura da Expoingá. Naquela ocasião, o Governador se pronunciou a respeito dos investimentos na agricultura no Paraná. Inclusive, Micheletto, falou da desburocratização de algumas Secretarias, no sentido de viabilizar para que o agricultor possa tocar a sua propriedade com mais tranquilidade. Às vezes, a desburocratização no Sedest, na Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para

melhorar as condições do grande, do pequeno, do médio agricultor. Temos aqui o grande Deputado Marcio Nunes e Secretário do Sedest, que sabe muito que foi feito lá para que o agricultor pudesse desburocratizar muitas coisas, que antes ficavam travadas ali na Secretaria do Meio Ambiente. Agora, é nota lamentável, que ocorreu em Maringá também na sexta-feira. Infelizmente, na Expoingá, no evento de abertura, mais uma vez a Secretaria da Segurança do Estado vira notícia. Por que vira notícia? Porque a Casa Militar, que é responsável pela segurança do Governador, não sei que bendito protocolo que inventaram lá, de onde criaram isso, mas um Delegado de Polícia, que é Delegado na cidade em atividade, no exercício da sua função, que é o Delegado Luiz Alves, que está presente aqui nesta Assembleia Legislativa, Delegado Luiz Alves, por favor, Delegado. Está aqui o Delegado Luiz Alves. Um batalhador, homem que enfrenta bandido à bala nas ruas. Ele sozinho e mais o investigador no bairro Cidade Alta, enfrentaram uma quadrilha a trilhos recentemente, quando ele não estava em serviço, aí esse trabalhador da segurança pública vai à Expoingá e a Casa Militar barra a entrada do Delegado, com o argumento que ele estava armado. O Delegado estava em serviço e tem a prerrogativa legal pela Constituição, é Policial Civil, como que ele vai estar desarmado? O Capitão da Casa Militar disse: *Não, mas o senhor não pode ficar armado aqui no recinto.* Só que ele também estava convidado como Vereador, porque ele é Vereador da cidade, do Partido Republicano, que é a Base do Governo. Então, não sei. Se fôssemos assistir, lembram-se daquele filme *Vídeo Academia de Polícia, Vídeo Cacetada?* Não tinha um filme assim? Parece que é uma loucura isso. Será que esse capitão não estudou legislação? Inclusive, aqui na Assembleia Legislativa, não sei se tem verba lá no Governo, mas se for o caso, Presidente, podemos bancar pela Assembleia, já que a Assembleia mandou recurso para o Governo, para que pudéssemos auxiliar na luz noturna lá. Vocês lembram que renovamos o convênio? Depois mandamos também, disponibilizamos acho que 100 milhões, se fosse necessário para comprar vacina, vamos disponibilizar um recurso para que a Casa Militar dê um curso de segurança de dignitários para os oficiais, para eles entenderem o que é legislação, que fala sobre porte de arma, se um policial civil pode portar arma ou não. O Vereador estava convidado para o evento pela Câmara. O Vereador estava em serviço. Então, assim, é lógico que o

Governador não sabe de nada disso. Isso é despreparo de oficiais da Casa Militar, que foram desligar o carro de som na frente do Guatupê, quando o carro não estava apreendido. Depois que aquele caminhão tivesse sido apreendido pela polícia, a polícia poderia ir lá desligar volume, desligar som, mas naquele momento o veículo não estava apreendido ainda e não se podia desligar o som. Então, teve aquela atrapalhada e agora, em Maringá, infelizmente. Então, Vereador Luiz Alves, faço aqui um desagravo, em nome da Instituição Policial Civil. Eles pediram já uma nota por meio da Associação dos Delegados, por esse lamentável fato ocorrido pelo despreparo de um oficial da Casa Militar. Obviamente que os Praças que estavam lá trataram o Doutor Luiz Alves com dignidade, mas o capitão disse: *Não. O senhor não pode permanecer aqui se permanecer armado.* Isso só pode ser *vídeo cacetada* ou trapalhada mesmo. Lógico, o Delegado, para não criar um tumulto no local, porque o Delegado Luizão poderia ter dado voz de prisão, se quisesse, para esse oficial. O delegado falou: “Olha, estou indo embora, estou me retirando, para evitar um mal maior lá no local.” Infelizmente, um evento tão bonito e essa nota lamentável. Tenho certeza de que o Governo, Líder Micheletto, vai até convidar o Delegado para ir lá, porque isso é um absurdo. Com todo o respeito, não tem cabimento uma situação como essa, termos que vir aqui na tribuna lamentar que um evento tão bonito e esse episódio dantesco, vamos dizer assim, em se tratando de conhecimento legal da legislação. Era isso. Muito obrigado. Deputado Arruda, Deputado, o senhor, por favor. Está bom, então fica para amanhã. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros colegas. Deputado Jacovós, infelizmente, no Paraná, tem dois tipos de pessoas que têm medo dos bons policiais, os bandidos e o Governador, que não pode ir a nenhum lugar, sem que tenha um bom policial clamando por seus direitos. É a nossa realidade. Mas o que me traz aqui hoje não é o medo do Governador dos bons policiais, nem a incapacidade desse menino, do Governador Junior, como diz o meu Líder de Oposição Arilson, mas, sim, *fake news*, que na

verdade não sei se são *fake news* ou se é incompetência. Mas no dia 9 de março, dia 9 de março, a Agência Nacional, a Agência Estadual de Notícias, dia 9 de março deste ano, a Agência Estadual de Notícias dá a seguinte notícia: "Estado reajusta em 25% o valor das bolsas para pesquisadores, professores e alunos indígenas. Novos valores começam a vigorar em abril, com investimento de R\$ 14 milhões apenas em 2022." Já foi abril, já foi março e nada do reajuste. Então, não sei se são *fake news* ou incompetência, mas as nossas universidades estão esperando este reajuste, que seria muito bem-vindo. Mas mais uma vez o atrapalhado Governo se preocupa com a manchete e não com a realidade, como é o caso dos últimos três anos e meio de Governo, uma preocupação imediata com a manchete nas redes sociais e zero preocupação com a realidade. Por isso, os policiais estão a seguir o Governador com faixas e manifestações aonde quer que ele vá. Por isso, os funcionários da saúde estão em greve; por isso os nossos professores estão protestando e buscando os seus direitos. Não temos no Paraná um Governador, temos no Paraná um animador, um animador de torcida, que não se preocupa com a realidade do povo paranaense. Mais uma *fake news* do Governo Ratinho, o que se torna já corriqueiro neste Governo, que anuncia uma coisa e a realidade é outra. Perguntem aos policiais, aos professores, a qualquer cidadão paranaense. E continua aqui o meu desafio. Comparem, comparem o Governo da *fake news* com o Governo de verdade. Estava inclusive, Doutor Batista, no *Instagram* do Governador, fazendo uma alusão a *Quadro-Negro*, de um Governo no qual ele participou, mas pergunto: Governador, e a Publicano, que começou pela sua Secretaria, o senhor já esqueceu? Era isso, senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Saudação a todos, mas primeiramente queria fazer uma saudação às Deputadas mulheres, que ontem foi o dia delas, mulheres guerreiras, que têm feito um trabalho fantástico aqui na Casa, mas ao mesmo tempo são mães e sei da dificuldade de ficar perto dos seus filhos e dos seus

familiares, então a minha saudação a todas as mulheres Deputadas, a todas as mulheres aqui da Casa. Também aqui fazer um relato, Presidente. Semana passada participei, com o novo Secretário da Sejuf, na minha cidade de Assis Chateaubriand, onde vários municípios da região puderam participar do mutirão do emprego, promovido pela Secretaria da Justiça, Família. E foi algo fantástico, importante, dando oportunidades, por meio desse mutirão de empregos, esperança à população que ainda não está empregada. Isso vai acontecer em todas as regiões, isso é um movimento que o nosso Governador Ratinho Junior posicionou o Secretário. Vejo que vai gerar grandes oportunidades a pessoas que ainda não estão empregadas. Só para ter uma ideia, na nossa região, naquele dia, foram ofertadas mais de 500 vagas para a contratação imediata e gerando emprego e renda, que acho que é o maior projeto social que possa ter, é gerar emprego, gerar dignidade às pessoas. Então, quero aqui parabenizar o Secretário da Sejuf, o Governo do Estado, isso vai acontecer em todas as regiões, esse mutirão de empregos. Isso demonstra e mostra mais uma vez que o Estado do Paraná é uma locomotiva de emprego. Aqui, para ter uma ideia, no Caged da semana passada está mostrando que foram ofertadas 10 mil vagas de emprego com carteira assinada nos postos avançados e nas Agências do Trabalhador do Paraná. Isso significa algo grandioso, o Paraná hoje tem a menor taxa de desemprego desde 2015, índice de desocupação que é de 7%, o 5.º menor do País, o Paraná fechou o primeiro trimestre deste ano com abertura de 56 mil novos cargos. Então, demonstra mais uma vez o comprometimento do Governo, a ação, mostrando que é um Estado que tem condições de dar ao setor produtivo oportunidade de gerar emprego, gerar renda e qualificar as pessoas. Tive hoje também uma ligação muito importante do nosso Presidente da Cohapar, que nos dá aqui um número fantástico de investimentos também, a Cohapar hoje está tendo um dos maiores investimentos da sua história, mais de 350 milhões de projetos de casas próprias entre 2019 e 22, mais de R\$ 350 milhões. Isso também o Governador tem passado em todos os municípios, todas as semanas, entregando casas, dando condições, moradias, gerando oportunidade às pessoas mais vulneráveis de ter a sua casa própria, são mais de 30 mil casas, o maior projeto habitacional da história do Paraná. Então, isso mostra também a eficiência da gestão do nosso Governador e que tem demonstrado isso

semanalmente com todos os nossos Deputados da nossa Bancada, levando esses projetos, essas ações que vêm transformando a vida das pessoas, dando casa própria, gerando emprego. Para ter uma ideia, a geração de emprego nesse último trimestre é maior do que todo o Norte do País e o Nordeste com os empregos que foram colocados à disposição da nossa população. Dizer que também temos aqui uma ação importante que o nosso Governo vem fazendo, semana passada com relação a um projeto chamado *Morar Legal*, regularização fundiária para mais de 16 mil imóveis até o final de 2022. Isso vem acontecendo também em todas as regiões, atendendo a famílias de baixa renda, nos últimos dias mais de 48 municípios, investimentos mais de R\$ 13 milhões, foram 780 títulos entregues semana passada, 97 lá na cidade do nosso Deputado Jonas Guimarães, mais de 52 em Moreira Sales, 275 em Umuarama, na Lapa, em Foz do Jordão. Então, isso mostra que o Governador tem um olhar às pessoas mais humildes, mais vulneráveis, gerando emprego, gerando oportunidades de trabalho, dando casa, disposição às pessoas mais vulneráveis. E também com relação a esse programa *Morar Legal*, que é a regularização fundiária. Então, em todas as áreas o Governo tem olhado e olhado também para o setor produtivo, gerando essas oportunidades. E dizer aqui que alguns dias atrás o Deputado Soldado Fruet, V.Ex.^a tinha nos cobrado a questão das promoções dos policiais militares e dos nossos Praças e o nosso Governador tomou uma posição, como tinha dito, há alguns dias atrás aqui, e efetivou, o decreto foi assinado há dez dias autorizando a promoção dos Praças e dos Oficiais. Como tinha dito, o Governador não ia deixar ninguém para trás. Então, queria trazer essa informação ao nosso Deputado Soldado Fruet que isso se realizou. E aqui dizer também ao nosso Presidente que semana passada, um tema que foi trazido a nossa Casa, e que sou muito prático nas minhas posições, e como Líder, que temos as questões dos vetos e que precisamos avançar nesse sentido. Então, hoje é um dia importante, temos aqui a questão desses vetos, tem vícios de iniciativa, tem algumas situações de emendas que foram colocadas, e temos que ser práticos, aquilo que é de interesse do Governo e aquilo que é de Oposição, e vamos para votação e vamos limpar essa pauta. Então, queria trazer essas informações todas, parabenizar novamente as mulheres, mostrar novamente que o Governo do Estado vem trazendo oportunidades por uma

gestão de eficiência, sim, de comprometimento. Queria aqui também fazer uma saudação ao nosso Delegado que se faz presente, vi aqui o nosso Deputado Jacovós falando sobre um tema isolado. E aqui quero levar também ao nosso ceremonial e à Casa Militar com relação a esse ato que aconteceu lá em Maringá, tenho certeza de que não é assim que o Governador do Estado vê essas situações isoladas, e dizer que a condução do nosso Governador sempre foi de muito respeito, diferente de tempos atrás. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, boa tarde. Na figura do senhor quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas aqui presentes e o público que acompanha esta Sessão. Na semana passada falei aqui, Presidente, da importância da decisão tomada pelo Comitê da ONU que julgou procedente a denúncia oferecida pelos advogados do Presidente Lula, que dizia que o Presidente não teve direito a um julgamento imparcial. Cada uma das 26 vitórias obtidas por Lula na justiça foi importante para expor ao Brasil e ao mundo a cara do golpe, que tomou o Brasil de assalto e que precisava tirar do jogo político o maior líder político do País. Volto a insistir, se não prendesse Lula, não conseguiram integrar o Brasil. O nosso petróleo, nossos minérios, nossas florestas, nossos rios e, principalmente, não conseguiram usurpar a dignidade do nosso povo. E não faria nada disso porque Lula teria sido eleito o Presidente da República em 2018. E vou mais longe, ouso a falar, mesmo impedido de concorrer, como foi o fato, se não o tivesse, estivesse no cárcere da Polícia Federal e pudesse concorrer, teria sido eleito Presidente da República. A necessidade de negar Lula, tudo o que ele representava e de destruir não só a sua imagem, mas tudo o que seus governos construíram, acabou se transformando na armadilha que destruiria o próprio golpe. Ocorre que a oposição ao bom senso é a imprudência, a insensatez, a irresponsabilidade, a leviandade, a insanidade, o desatino e a inconsequência. Apesar de todos os esforços do inominável em ocupar algum espaço na cena internacional, foi Lula que a maior revista do planeta veio perguntar a sua opinião a respeito da guerra que vem ocorrendo entre Ucrânia

e Rússia. E isso aconteceu por um simples motivo: Lula é um pacifista e não um belicista. Perguntaram ao Lula porque ele prefere o diálogo e não a truculência. Entrevistaram o Lula por ele ser um grande líder político, um homem que a história já relegou um lugar de destaque. E Lula é tudo isso, ou melhor, é isso por ser natural. Um homem do povo. Uma pessoa simples, que viveu a extrema pobreza e que até hoje sente a dor da fome ao saber que existem pessoas nessa condição no atual momento em nosso País. E é por ser líder dessa forma que, no último sábado, dia 7, sete partidos se reuniram por um grande ato político de lançamento da pré-candidatura de Lula Presidente e Alckmin, vice. O PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL, Rede, Solidariedade estão juntos pelo Brasil. Juntos em torno de uma chapa Lula/Alckmin, superando diferenças. Juntos em prol de um projeto que é maior do que tudo, que é o de reconstrução nacional. Tive a honra de estar presente, acompanhado do nosso pré-candidato ao Governo do Estado, Roberto Requião, que também esteve em São Paulo, reiterando o seu apoio incondicional a um movimento plural de reconstrução de um Brasil. Foi um dos atos políticos mais bonitos e emocionantes que já participei. Um ato que, com certeza, vou guardar em minhas memórias, porque foi mais que um simples ato político. Ajudamos, ali no sábado, a construir um pouquinho da história do Brasil. Uma história que vai construir uma aliança, que tirará o País das mãos do fascismo. Aliança que vai recolocar o País na condição de nação respeitada internacionalmente. Tanto é assim que a matéria da revista *Time*, da semana passada, começava falando do ato que ocorreria no sábado e a repercussão internacional não se limitou tão somente a *Time*. O *El País*, jornal espanhol, destacou a luta do Ex-Presidente para acabar com o legado de destruição do inominável. O *Le Monde*, jornal francês, salientou a importância de Lula em um futuro processo de reconstrução do Brasil e falou sobre o seu papel central na esquerda mundial. A *Al Jazeera*, influente grupo de comunicação do mundo árabe, no Catar, destacou a missão de Lula, que é derrotar o autoritarismo do inominável. Para o *Financial Times*, o importante diário de circulação mundial, com sede no Reino Unido, voltado à economia e aos negócios, o evento proporcionou a memória dos brasileiros de épocas melhores, um chamado à esperança. Esperança, Presidente, se tivéssemos de resumir o ato ocorrido no último sábado, a única palavra que descreveria tudo isso é esperança. Como é bonito

ver o brilho nos olhos das pessoas de terem a noção de que a nossa dignidade como nação será reconstruída em 2023, com a possível eleição da chapa Lula/Alckmin. A candidatura à Presidência da República ascende à esperança das pessoas que deixaram de sonhar com uma vaga na universidade. Ascende à esperança daqueles que sonham com o emprego digno e com os direitos trabalhistas. Essa candidatura ampla traz a esperança àqueles que voltaram a morar nas ruas depois de perderem suas casas. Traz a esperança àqueles que voltaram a passar fome. Traz esperança àqueles que tiveram a sua cidadania roubada por um governo que não gosta do seu próprio povo. É por tudo isso que, no último sábado, em São Paulo, sete partidos lançaram o movimento *Vamos juntos pelo Brasil*. Juntos para tirarmos a condição da vergonha que se encontra e devolver a condição de destaque internacional que ele merece. E faremos isso sob a liderança do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sem medo de ser feliz. Na recomposição de um País melhor. E o importante é colocar, nesse evento era a riqueza plural das pessoas que participavam, movimentos culturais, movimentos sindicais, movimentos populares, movimentos sociais, lideranças de sete partidos e de vários outros partidos que estavam lá e esses partidos não estarão na coligação ou sequer federalizados. O importante é a retomada do País, da democracia, da dignidade. A nossa luta é contra a fome, contra a miséria, contra a pobreza, contra o negacionismo e no direito de as pessoas serem felizes novamente. Lula representa muito mais que um plano eleitoral. Lula representa a esperança de um povo castigado e sofrido por fruto de um contexto em que a *Lava Jato*, o instrumento usado para tirar a felicidade do povo brasileiro. Um engodo político e que usurpou parte das decisões judiciais por conta de uma forte pressão, agora é revelada ao País a sua real e necessidade de criação midiática na época. Lula pelo Brasil. Requião pelo Paraná, de mãos dadas para reconstruirmos o País e aqui consertarmos o Paraná. Com todo o respeito aos que pensam diferente nesta Casa, precisamos reconectar o Paraná com o povo. O povo ao orçamento. O orçamento à realidade e tirar a propaganda enganosa das telinhas do celular, da televisão e dos autofalantes das rádios. Não dá para termos o Paraná o quarto Estado mais rico do País, pujante economicamente, passando por necessidades como está hoje. Com uma segurança pública sucateada por escolha política. Tirando dinheiro do orçamento para uma bolsa bilionária a

alguns empresários, grandes empresários, megaempresários, enquanto o povo tem um cartão vale comida no valor de R\$ 50,00, quando necessita. As escolhas não deram certo. O que está sendo propagandeado não condiz com a realidade. Então, neste momento, é necessária uma só reflexão, a reflexão que precisa chegar ao povo paranaense: que Requião é Lula e quem é Lula, é Requião. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Júnior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; Maria Victória (PP) conforme nos Termos do art. 97, §3.º, Incisivo IV do Regimento Interno; Reichembach (UNIÃO) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno (3 Parlamentares);

Deputados ausentes sem justificativa: Cobra Repórter (PSD), Douglas Fabrício (CDN), e Evandro Araújo (PSD) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 185/2022**, do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a inclusão das categorias específicas para deficientes, entre elas: cadeirantes, amputados e visual; **Autuado sob o n.º 186/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que altera o art. 1.º da Lei n.º 11.265, de 21 de dezembro de 1995, que cria o município de Coronel Domingos Soares, com território desmembrado do município de Palmas; **Autuado sob o n.º 187/2022**, do Deputado Goura, que altera a Lei n.º 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 188/2022**, do Deputado Professor Lemos, que denomina Sabino José Collett, o viaduto que envolve o prolongamento da Avenida Rio Grande do Sul e a BR-163, Km 236 + 800m, no município de Toledo; **Autuado sob o n.º 189/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, que limita a permanência de adultos desacompanhados de crianças em espaço exclusivamente destinados ao público infantil, no âmbito do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

A Ordem do Dia, como já havíamos anunciado na Sessão anterior, será exclusivamente para votação dos vetos.

ITEM 1 – Discussão única do Veto Parcial n.º 2/2020, ao Projeto de Lei n.º 594/2019, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 39/2019, que autoriza a incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná pelo Instituto Agronômico do Paraná e dá outras providências. Com relatório da CCJ considerando o voto

em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão o voto. Em votação. Deputados favoráveis à manutenção do voto votam com a expressão “sim”, os contrários com a expressão “não”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço que os nossos Deputados da Situação votem “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”, contrário à manutenção do voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Novamente quero fazer o pedido aos Deputados da Base, manter o voto. Votem “sim”!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta Junior, Gilson de Souza, Nelson Justus e Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (9 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Maria Victória, Mauro Moraes e Reichenbach (10 Deputados).]** Com 35 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Veto Parcial n.º 2/2020, ao Projeto de Lei n.º 594/2019.

ITEM 2 – Discussão única do Veto Total n.º 18/2020, ao Projeto de Lei n.º 321/2020, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano,

Alexandre Curi, Michele Caputo, Tercílio Turini e Delegado Francischini, que obriga a aferição da temperatura corporal de todas as pessoas que acessarem repartições públicas e estabelecimentos de uso coletivo, no Estado do Paraná, enquanto perdurar a pandemia causada pelo coronavírus Sars-CoV-2, conforme específica, e adota demais providências. Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo pede para manter o veto, voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não” ao veto, à manutenção, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Delegado Jacovós seu voto, Deputado Goura, Michele Caputo, Plauto Miró, Tadeu Veneri e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Maria Victória e Reichembach (9 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Veto Total n.º 18/2020, ao Projeto de Lei n.º 321/2020.

ITEM 3 – Discussão única do Veto Total n.º 3/2021, ao Projeto de Lei n.º 537/2017, de autoria dos Deputados Bernardo Carli, Tião Medeiros, Soldado Adriano José e Emerson Bacil (anexo Projeto n.º 70/2019, do Deputado

Delegado Jacovós), que assegura o tráfego de veículos de emergência de atendimento ao público em serviço, isentos do pagamento do pedágio, na forma que especifica. Com relatório da CCJ considerando o voto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Já de conhecimento de todos os Deputados. Vamos à votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (União): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Plauto, para encaminhar o voto.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, peço para todos os Deputados analisarem com atenção. Esse é um Projeto de Lei que desobriga, que isenta ambulâncias, carros do corpo de bombeiros e também carros da polícia, tanto civil quanto militar, de pagarem o pedágio. E principalmente agora não tem mais as concessionárias aí. Não sei por que vetaram para trás, também não me interessa, mas agora elas não estão mais aí. E a nova licitação que virá, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, não sabemos como é que ficou o edital de licitação, ninguém sabe. Isso está se tentando por meio da Comissão aqui do Pedágio, da Assembleia, junto ao Tribunal de Contas ter informações mais precisas de como será esse edital. Tendo essa lei aprovada vai, no mínimo, fazer com que o edital de licitação, ou as concessionárias que vencerem, não venha a cobrar o pedágio. Repito, das ambulâncias, veículos do corpo de bombeiros e também da polícia civil e da polícia militar. Por isso quero dizer aqui, Sr. Presidente, voto pela derrubada do voto de acordo com o interesse da população do nosso Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, quem solicitou primeiro foi a Deputada Mabel, depois o Deputado Tião.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Também quero encaminhar pela derrubada do voto, Sr. Presidente, entendendo que é um Projeto de extrema importância. E quero reforçar justamente esse entendimento, porque durante a gestão do Secretário Sandro Alex à frente ali do DER, da Secretaria da Infraestrutura e Logística, foi dito pelo Secretário, inclusive ele fez um vídeo em

frente a uma Praça de Pedágio, dizendo que as ambulâncias e os carros aí da nossa polícia não deveriam sequer ficar parados ali nas praças de pedágio. Ele disse que resolveria esse problema, deu uma entrevista depois na imprensa falando que essas ambulâncias não mais ficariam paradas, não teriam que mostrar a documentação, que teriam os *tags*. Mas, infelizmente, isso não aconteceu. Derrubar o veto também é oportunizar que nas próximas concessões essas ambulâncias que estão transportando pacientes e a nossa polícia que está ali trafegando pelas rodovias, elas passem, além de não pagar, passem direto pelas cancelas de pedágio. Obrigada.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Tem uma dúvida aqui que as ambulâncias, as viaturas da polícia e do corpo de bombeiros já estão liberados pela lei federal. Gostaria de pedir que pudéssemos, se for possível, apesar de já ter iniciado a votação, a retirada desse Projeto para que possamos fazer uma análise um pouco maior, porque se estiver liberado, não precisa ser liberado novamente. Quero saber se existe. Inclusive quem está assinando aqui esse Projeto, quem está falando aqui atrás, o Jacovós e outros. Se eles aceitarem retirar, é possível ou não regimentalmente?

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Deputado Marcio, posso contribuir com o debate? É o Guto Silva.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Pode. Minha questão de ordem está vencida.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Só uma questão de ordem, Presidente. Apenas depois da provocação do Deputado Plauto, gostaria de me manifestar. A isenção para ambulâncias, para carros policiais já existe, já é isento. Só que a proposta colocava a questão do *tag* e esse *tag* tem custo, por isso há vício de iniciativa porque interfere no processo legislativo. Também sou favorável que não paguem os veículos oficiais, as ambulâncias e assim por diante. Estamos

tratando de uma proposição do Poder Legislativo que cria, que impacta uma questão de vício de iniciativa e por isso que estamos votando hoje para derrubada do veto. Apenas questão formal desse processo, para contribuir com a discussão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, vai encaminhar?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, só gostaria de lembrar, Presidente, desculpa, Tião, só gostaria de lembrar que estamos discutindo um voto, esses vetos já deviam ter sido discutidos antes dos 30 dias. Fizemos um grande acordo para que os vetos fossem discutidos e votados antes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou aguardando apenas os encaminhamentos para dar... Deputado Tiago.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Sim. Acho que é óbvio, não é, todos aqui que rodamos nas estradas aí temos a mesma vontade e a mesma disposição, meus queridos amigos e colegas Deputados, que os veículos e tudo tenham, de fato, um *tag*. Mas o ponto mais importante, o ponto mais importante é, de fato, a autorização para passar sem que haja cobrança. Esse é o grande ponto e isso já existe. Obviamente que as ambulâncias não pagam pedágio. Obviamente que os carros oficiais não pegam pedágio. Então, assim, isso já acontece. O que estamos falando aqui é a exigência de um dispositivo a mais, que impacta justamente na estruturação contratual e no processo de concessão. *Ah, é simples?* É simples, mas impacta. Existe uma normativa, existe uma resolução. Por isso que foi vetado. Fizemos a tentativa pela Assembleia. Todos fizemos. A vontade era essa, mas o Governo vetou e houve uma solicitação inclusive para reanalisar, reavaliar. E entendendo a dificuldade em fazer isso, o Governo fez a manutenção e o pedido pela manutenção do voto. Então, solicitamos, caros Deputados e colegas, que compreendam essa argumentação e mantenham o voto. E, infelizmente, tecnicamente, o voto está correto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor, pedi para encaminhar, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Tião está na tribuna, já havia solicitado, mas, assim, já vou dar de pronto a informação: Não iremos retirar o veto. Todos eles estão vencidos, já deveriam ser analisados há muito tempo; o Líder do Governo à época fez alguns entendimentos e qualquer possibilidade de adiarmos, poderemos trancar a pauta e esta Presidência não gostaria que isso acontecesse. Deputado Tião.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Obrigado, Presidente, finalmente. Agradeço aí a atenção. Queria falar rapidamente e pedir um pouquinho da atenção dos senhores pelo seguinte. Este tema veio no mandato passado. Fui o autor deste Projeto com o Deputado Bernardo Carli, que já é falecido, inclusive faz muita falta nesta Casa. E de fato as ambulâncias e viaturas, Corpo de Bombeiros, viaturas da Polícia Civil e Militar nunca pagaram, sempre gozaram da imunidade recíproca. Isso é constitucional. A discussão não é essa. A discussão se baseia em outro ponto de vista. Todos os veículos públicos do Estado tinham que parar nas cancelas de pedágio e apresentar: *Olha, sou uma viatura do Corpo de Bombeiros.* Incrível isso! Inacreditável! Isso no Estado todo. Depois, o Deputado Jacovós, neste mandato, apresentou o mesmo Projeto. Uma viatura do Corpo de Bombeiros ou uma ambulância tinha que parar em um cancela de pedágio para se apresentar. Um absurdo! Inadmissível! Foi então que fomos buscar a previsão inicial do contrato de concessão e pasmem, Delegado Jacovós, aí vem a grande surpresa. Constava na concessão, no edital de concessão e também no contrato, que as concessionárias deveriam fazer as cancelas de liberação automática para veículos oficiais. Constava no contrato. Deputado Guto Silva, que vi que tentou fazer uma ponderação importante, mas equivocada, constava no contrato. Só que o contrato não estava sendo cumprido. Antes de apresentar o Projeto de Lei, o que fizemos? Eu e o Deputado Bernardo protocolamos um pedido de informações, vieram as respostas e notificamos à Agepar, a Agência

Reguladora. Pasmem os senhores, a Agepar multou o DER em R\$ 50 mil. A Agepar multou o DER por não cumprimento do contrato. E sabem o que aconteceu? Nada. Incrivelmente nada. E, infelizmente, tudo continuou como estava. Foi então que a solução foi colocar a previsão no texto da Lei. Foi essa a razão de apresentarmos o texto legal. Embora estivesse no contrato, no edital de licitação, ainda assim as concessionárias não cumpriam, porque diziam que a disponibilização dos *tags* custaria muito caro, embora estivesse previsto no contrato e eles sabiam desde o início, nas cancelas de liberação automática. Então, o que tentamos fazer aqui é garantir que no futuro, como já foi dito inúmeras vezes, esse erro não se repita. E vai estar aqui sacramentado no texto da Lei. Por isso, queria pedir aos senhores, com muito bom senso, a derrubada do veto, por favor. Muito obrigado!

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Arilson inicialmente pediu. Ele sempre com a fidalguia do Arilson.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Tenho aqui a sensibilidade, Presidente, queria aqui... Ouvi atentamente o próprio Tiago. Ele tem razão no que ele está dizendo e tecnicamente também, porque estamos contrariando uma norma que a ANTT já faz. Mas quero aqui, ouvindo os pares, ouvindo a Base, ouvindo os Deputados, e aqui ouvindo a sensibilidade do próprio Tiago, acho que é necessário, neste momento, ainda mais como Líder do Governo, e vejo que todos aqui estão sensíveis a essa situação, vou liberar a Base nesta votação, porque acho que é interessante o tema, a pauta. E vou além: porque fui Prefeito e Presidente da AMP, e isso foi uma pauta dos Prefeitos também, lá na época, fazendo esse pedido. E como hoje não há as concessões, as praças estão liberadas para uma nova concessão, acho que dá para estabelecermos aqui uma possibilidade de construção aí pela frente. Então, vou fazer a liberação da Base nesse sentido.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, último orador.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, existe um filme brasileiro, do ano de 82, chamado *Amor, estranho amor*. É incrível o amor de parte do Governo do Estado pela questão do pedágio em defender as concessionárias. O Projeto objeto de discussão ele simplesmente regulamenta a obrigação das concessionárias de pedágio a providenciar mecanismo técnico para que veículos oficiais e ambulâncias já cadastradas não sejam obrigados a parar e aguardar na fila das praças de pedágio. Isso porque, além de tudo, é uma regra de custo muito pequeno. E quando se fala aqui que *tag* tem custo, está tendo uma distorção. O Projeto novo apresentado para sociedade paranaense diz que não vai cobrar *tag* de ninguém, que o *tag* é gratuito. Então, o Governo Federal está falando uma coisa, Deputados aqui da Base do Governo estão dizendo outra. O Projeto fala que o *tag* é custo zero, gratuito. Aliás, é um dos elementos indicadores para se ter um menor valor na tarifa de pedágio. Mas não estou surpreso com a falta de conectividade entre a realidade e a propaganda deste Governo. Quero colocar aqui que a justificativa do veto, que exige compensação eventual de despesa gerada com as receitas auferidas pelas concessionárias, é totalmente descabida. Trata-se de uma leitura um pouco deturpada do art. 11 da Lei Complementar 76/95, Lei Estadual das Concessões de Serviço Público. O Executivo cita o art. 11 que não se aplica, diga-se, mas esqueceram do art. 12: “A concessão de qualquer benefício tarifário somente poderá ser atribuída a uma classe ou coletividade de usuários do serviço, vedado sob qualquer pretexto ao benefício singular.” Sequer existe, Presidente, contrato em vigência. Ou, ainda, na forma do art. 9.º, § 4.º da mesma Lei 76/95: “É data do edital e da apresentação da proposta que fixam regras e valores da política tarifária.” Na data da oposição ao veto, restavam apenas sete meses, 13 dias da vigência do contrato anterior 97 a 2021. E o decurso de prazo da vigência dos contratos e a demora na apreciação do Veto criaram condições fatídicas ideais para aprovação desta lei. Ainda como dito, o art. 12 da Lei Complementar Estadual autoriza expressamente a concessão de benefício tarifário para classe coletiva ou coletividade de usuários. A justificativa do veto diz ainda que não há a previsão de fiscalização da medida, porém a responsabilidade compartilhada entre a ANTT, o DER e a Agepar, tanto nos convênios de delegação das rodovias, quanto no edital de licitação da concessão e na criação de lei das instituições,

já preveem suas responsabilidades. É necessário que cada Lei Estadual preveja a nova obrigação para o DER e para a Agepar. Sem a Casa Civil até hoje, qual responsabilidade do DER e da Agepar é necessária nessa gestão? Presidente, encaminhamos voto “não” para se derrubar ao voto que vai corrigir uma injustiça muito grande ao povo paranaense, às pessoas que usam o serviço de ambulância, também, Presidente, a questão de veículos militares que estão, às vezes, sendo usados durante uma abordagem policial e não há tempo para se parar em uma cancela de pedágio. Por isso, “não” ao voto. A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao voto. Ainda faltam votar Deputado Arilson...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Deputado, Deputado, Marcio Nunes. Recomendo à Bancada do PSD e do Bloco PSD/PMDB o voto “não”, o voto pela derrubada do voto, para que não reste dúvida a respeito de que o Governo é favorável à passagem das ambulâncias, viaturas, bombeiros etc., da forma adequada. Como resta uma dúvida, então o Governo pede que possamos derrubar o voto. Voto “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao voto, Deputados. Deputados Galo, Gilson, Jonas, Marcel e Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, ainda pendente o voto do Deputado Galo. Deputado Marcio Nunes, o seu voto, Deputado.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Tião, Tião... Espera aí! Tião, Tião... Tem uma dúvida aqui! Surgiu uma dúvida. Queremos autorizar a derrubada do voto, Tião. A derrubada do voto é voto “não”. Para derrubar o voto. Então, é isso aí!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, o seu voto. Estou aguardando. Só falta V.Ex.^a.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Ah, meu voto!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes e Mauro Moraes (3 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Abstenções: Guto Silva e Marcel Micheletto (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Maria Victória e Reichenbach (8 Deputados).]* Com 3 votos favoráveis, 41 votos contrários e 2 abstenções, **está rejeitado o Veto Total n.º 3/2021, ao Projeto de Lei n.º 537/2017.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário do Deputado Marcio Nunes, ao invés do favorável registrado no aplicativo de votações.)

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Meu voto é “não”. Meu voto é “não”, ok? Meu voto é “não”.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, quero só agradecer aos votos que tiveram aí a sensibilidade para a derrubada do veto. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, V.Ex.^a ficou tão preocupado com o discurso e se equivocou, mas vamos fazer o registro em Ata aqui com o seu voto “não”.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Meu voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

ITEM 4 – Discussão única do Veto Parcial n.º 4/2021, ao Projeto de Lei n.º 256/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 46/2021, que institui o Programa Retoma Paraná (PRP) e dá outras providências. Com relatório da CCJ considerando o voto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo pede o voto “sim”, manter o voto. Violação do CTN, por isso que pedimos o voto “sim”, para manter o voto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “sim” para a Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Luiz Carlos Martins, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José? Deputado Ricardo Arruda e Deputado Soldado Adriano José. Estamos encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (33 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (10 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Reichembach, Ricardo Arruda e Soldado**

Adriano José (11 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 10 votos contrários, está aprovado o Veto Parcial n.º 4/2021, ao Projeto de Lei n.º 256/2021.

ITEM 5 – Discussão única do Veto Parcial n.º 5/2021, ao Projeto de Lei n.º 20/2021, de autoria dos Deputados Requião Filho, Delegado Francischini e Plauto Miró (anexo Projeto n.º 36/2021, dos Deputados Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, e o Projeto n.º 44/2021, do Deputado Boca Aberta Junior), que dispõe sobre as penalidades para quem burlar a prioridade de vacinação estabelecida pelo Poder Público. Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Este voto era muito importante... este Projeto era muito importante no começo da pandemia, quando tínhamos o fura fila. Mas, até entendo! O Governo disse que a penalidade era muito grande e sequer explicou, deu uma desculpa genérica. Mas entendendo que dentro do Palácio Iguaçu tínhamos alguns *sommeliers* de vacina que foram para Apucarana para tomar a Janssen, para não tomar a AstraZeneca aqui em Curitiba, compreendemos o voto do Governo. Mas, mesmo assim, encaminho o voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está estendido para o fura pedágio também, Deputado? Vamos à votação então, Sr.º Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, manter o voto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição “não”, derrubar o voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Gilberto Ribeiro, Adelino Ribeiro, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José. Deputado Adelino

Ribeiro, seu voto, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (11 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Reichembach, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 11 votos contrários, **está aprovado o Veto Parcial n.º 5/2021, ao Projeto de Lei n.º 20/2021.****

ITEM 6 – Discussão única do Veto Total n.º 6/2021, ao Projeto de Lei n.º 107/2019, de autoria dos Deputados Marcel Micheletto e Professor Lemos (anexo Projeto n.º 353/2019, do Deputado Professor Lemos), que altera a Lei n.º 17599, de 12 de junho de 2013, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar. Com relatório da CCJ considerando o voto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agora vamos ver! De autoria dos Deputados Marcel Micheletto e Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O Marcel pode falar primeiro. Fique à vontade.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Olha, Presidente, quero aqui, como bom soldado, vou fazer o pedido para os nossos Deputados da Base manterem o voto, mesmo sendo um Projeto meu e do próprio Deputado

Lemos. Estou verificando aqui com a assessoria que há um vício aí de iniciativa e estou conversando com a própria Seed sobre essa posição de eles fazerem, como é de direito e de responsabilidade, de o próprio Governo, a Secretaria da Educação mandar aqui para a Assembleia, para que possamos votar. Então, nesse sentido, devido a esse vício de iniciativa, vou fazer, mesmo acreditando que é de interesse e para ajudar a agricultura familiar, acho que há a possibilidade nesse sentido, mas, devido ao vício de iniciativa, como bom soldado, vou pedir para manter o veto.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): *Pela ordem*, Presidente. Só uma dúvida. Passou, então, pela CCJ um Projeto inconstitucional, com vício de iniciativa? É isso que aconteceu? Era só para tirar essa dúvida, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Sim. E, pelo o que me passam, não é a primeira vez. Já houve outras vezes também.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): O Plenário existe para quê, Requião Filho?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Presidente, vamos corrigir isso aí!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, por favor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero mais uma vez cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, cumprimentar a nossa população que acompanha a Sessão. Deputado Marcel Micheletto, quero aqui... O Deputado Marcel Micheletto é o Líder do Governo. Na verdade, a assessoria lá na Casa Civil acabou dando um parecer pelo veto, mas é um parecer que não tem fundamento! Vossa Excelência foi autor de um Projeto e pude ser autor com V.Ex.^a de um Projeto que não tem nenhuma ilegalidade, nenhuma inconstitucionalidade. Veja, a Fundepar, a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Agricultura foram chamadas em diligência para darem opinião e fizeram pareceres favoráveis ao Projeto. E a alegação única que tem de que há vício, ela deve ser afastada, porque esta lei que estamos alterando é de autoria do Deputado André Bueno, de 2013, que trata da

Política Estadual da Agricultura Familiar. Já temos uma lei aprovada por unanimidade e sancionada pelo Governador e estamos alterando parte dessa lei. E onde que advogados do Palácio encontraram motivo para vetar? Eles disseram que a lei trata de licitação. Não é verdade! Para a aquisição do percentual mínimo de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar não tem licitação, é feito chamada pública dispensando licitação, a lei permite. E é por edital, Deputado Nereu Moura, V.Ex.^a que conhece bem o tema, que tem acompanhado constantemente os debates com muita atenção aqui na Assembleia, e V.Ex.^a era Deputado conosco na ocasião em que aprovamos esta lei de autoria do Deputado André Bueno. E agora propomos uma alteração pequena e deixamos inclusive para o Executivo regulamentar. Então, não há motivo para o veto. Confundiram lá no Palácio porque estava o nome do Professor Lemos e não observaram que estava o Marcel Micheletto assinando esse Projeto. É um Projeto muito bom. É um Projeto muito bom, tem o apoio da Secretaria da Educação, tem o apoio da Fundepar, tem o apoio da Secretaria da Agricultura, tem apoio de todas as entidades da agricultura familiar. Não há motivo para manter o veto. Por isso, vejo o constrangimento que o Governo colocou o Deputado Marcel Micheletto. Não precisa ficar constrangido, Vossa Excelência não cometeu constitucionalidade. Vossa Excelência está com a razão. Peço para derrubarmos o veto.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, a votação por veto é um processo natural, que passamos aqui na Casa. Ora, os projetos passam por todas as Comissões, são aprovados, depois vêm a Plenário. São aprovados pelo Plenário e, posteriormente, vão ao Palácio para serem vetados ou promulgados. Ora, não tenho a menor dúvida de que não existe indelicadeza nenhuma de vetarmos ou aprovarmos um Projeto, ou concordarmos ou não com algo que aprovamos aqui. Esse Projeto em questão, assim como o anterior, não é constitucional de maneira alguma, a meu ver. Não vejo demérito algum a liderança do Governo ou os Líderes do Governo,

em não terem a vontade de quem vetou o Projeto, aceita. Portanto, acho que é um direito nosso sim, aqui, como Deputados, concordarmos ou não com os projetos que aprovamos. Daí o porquê da importância que tem em tomarmos muito cuidado ao aprovarmos ou não o Projeto. Tenho a convicção plena de que esse Projeto aqui foi aprovado, com a aquiescência e o pedido do Líder do Governo de então. Ora, concordo com o Professor Lemos e com o Deputado Marcel Micheletto, que o Projeto é muito bom, corrige um Projeto que já foi aprovado anteriormente. Peço o voto “sim”. Perdão, o voto “não”, para não seguirmos a carreira do Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, muito brevemente, como integrante da Comissão de Constituição e Justiça, por vezes vemos projetos, inclusive de autoria do Deputado Requião Filho também claramente inconstitucionais chegarem àquela Comissão e atendendo ao seu pedido, inclusive, com alguma pressão para que o aprovemos. Pode ser que vez por outra a Comissão, de fato, aprove um Projeto que tenha um cunho de inconstitucionalidade, de acordo com o entendimento, até porque a constitucionalidade ou não é bastante, vemos no Poder Judiciário, um Juiz decide uma coisa e outro Juiz decide outra. Mas, nesse caso, Presidente, de fato quero entender, reforçar o entendimento do Presidente da CCJ, Deputado Nelson Justus, que também não entendo que haja inconstitucionalidade no Projeto. Se o fundamento da derrubada da manutenção do voto for pelo vício de iniciativa, automaticamente também tenho que discordar e votarei pela derrubada do voto, fazendo aqui um pedido, que, talvez, o Deputado Marcel Micheletto sendo o autor do Projeto, mas Líder do Governo, encaminhe diferentemente, mas quero defendê-lo e quero também encaminhar pela derrubada do voto, porque entendo que o Projeto não padece de inconstitucionalidade. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, último a encaminhar, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o Projeto é um bom Projeto. Essa Oposição é uma Oposição crítica construtiva. Por isso, vamos apoiar o Projeto do Líder do Governo, que é bom para o Paraná e vai melhorar a vida do povo paranaense. Os pareceres dados pela Fundepar, pela Seab, são todos favoráveis. Olhe só que interessante, Presidente, o parecer da Seed diz assim: “Informamos que não foi possível obter os valores gastos pelo Estado do Paraná na aquisição de gêneros alimentícios, pois as informações não estão disponíveis no Portal da Transparência.” Essa informação dada, com parecer favorável pela Seed, ratifica o que temos falado sobre as informações do Estado no Portal da Transparência. Nem o próprio Governo tem as informações, mas ele diz que o Projeto é importante e o parecer é favorável. Então, voto “sim” ao Projeto do Líder Governo Marcel Micheletto. Não. Perdão, voto “não”, para derrubar o voto e fazer valer o Projeto do Deputado Marcel Micheletto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vocês estão ajudando o Líder com esses votos “sim”. Está uma confusão já na cabeça de todo mundo! Acho que vamos logo para a votação.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): É verdade, Sr. Presidente. A coisa está confusa mesmo. Acho que quem começou essa confusão foi o Marcio, porque também me equivoquei. Sou a favor da derrubada do voto. O Projeto é bom, é constitucional e é legal. Então, voto pela derrubada do voto.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): E o voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar o voto. Não é o Projeto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, construí isso com a Seed e me passaram que como é um vício de iniciativa, passaram-me que eles mandariam para cá, o próprio Secretário, uma posição daquilo que eu e o Professor Lemos fizemos de pedido aqui. Então, vou fazer um apelo aqui,

então, a todos, porque estou vendo que todos estão sensíveis à nossa causa. Vou liberar a Bancada para que eles possam decidir. Mas o que tinha construído com a Seed é que eles mandariam para nós nesse sentido. Então, deixar isso liberado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, então, Sr.^s Deputados. Votando. Como encaminham o voto os Sr.^s Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Votamos “não”.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): O PSD, o PMDB, recomenda voto “não”.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): O PL voto “não”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Republicanos vota “não”.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Republicanos pede também voto “não” aos nossos queridos Deputados.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Testemunhando o Alexandre Curi votar contra o Governo aqui, agora.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): União Brasil, “não” também Presidente.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Independente, “não”.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): O Progressista está liberado, mas a recomendação é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Artagão Junior, Delegado Jacovós e Galo? O Nelson Justus ainda está na dúvida? Ricardo Arruda e Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Homero Marchese, Mauro Moraes e Nelson Justus (3 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós,**

Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); Abstenção: Guto Silva (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Reichembach, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 3 votos favoráveis, 39 votos contrários e 1 abstenção, está rejeitado o Veto Total n.º 6/2021, ao Projeto de Lei n.º 107/2019.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, *pela ordem.*
Presidente, *pela ordem,* aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Vamos aprendendo na Casa a sensibilidade no momento certo. Vimos, Deputado Lemos, que estávamos corretos naquilo que estávamos fazendo. Então, agradeço a todos vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Nelson Justus votou “sim”.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente! Realmente, penitencio-me a esta *altura do campeonato*, mas votei erroneamente de novo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Estou desconfiado, pela ordem, aqui, que o Deputado Marcio Nunes e o Deputado Nelson Justus estão *tomando o mesmo tipo de água* aqui!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

ITEM 7 – Discussão única do Veto Total n.º 7/2021, ao Projeto de Lei n.º 849/2019, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui a Política Estadual de Incentivo à Ovinocaprinocultura. Com relatório da CCJ considerando o voto

em condições de ser apreciado pelo Plenário. Como encaminham o voto os Sr.^s Deputados?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo, conheço um pouco dessa causa, vivo no meio rural, e aqui, conversando com o Secretário também Ortigara, houve um encaminhamento do Deputado Anibelli, que conversei com ele e sou sensível a esse pedido, porque aqui não há, houve um erro na Casa Civil, não houve aqui criação de atribuição ao Governo, então vou fazer mais um apelo aqui à Casa, principalmente aos nossos Deputados da Base, e peço para rejeitar o veto. Isso é o encaminhamento que concordo com o Deputado Anibelli, sou convededor da causa, vivo do meio rural, isso aqui é um incentivo a promover o aumento da escala da questão da ovinocaprinocultura. Então, faço esse apelo, até porque houve um entendimento da Seab, com o Presidente da Comissão de Agricultura aqui, Deputado Anibelli, e vou fazer um pedido aos nossos Deputados da Base, rejeitar o veto, votar “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, acho que o Governador acertou no Líder. Votaremos “não” conjuntamente.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): A estreia do nosso Líder no encaminhamento dos vetos está sendo histórica mesmo!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço ao Deputado Turini, por favor, que venha à Presidência, porque estou com um desejo enorme de votar também.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Tiago.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Caros colegas, fiz um encaminhamento agora, por intermédio de requerimento, para que façamos o voto aqui de pesar

às famílias enlutadas daqueles que foram vítimas do acidente gravíssimo que ocorreu e acabou por vitimizar um amigo, um parceiro, um dos grandes músicos do País, que é o cantor Aleksandro, da dupla Conrado e Aleksandro, que estive no velório hoje pela manhã, uma pessoa, um londrinense, parceiro, amigo de todos também. Então, fiz aqui esse encaminhamento e, claro, aberto para todos, para que todo mundo, obviamente, apoie em conjunto, porque não é só meu, mas tenho certeza de que de todos os Parlamentares desta Casa. Fiz em nome do Aleksandro, mas também ao Marcio Alan Anibal, ao Roger Aleixo, ao Gabriel Facuda, ao Giovani Gabriel Lopes dos Santos e ao Wislei Morais. E já deixo aqui, Presidente, as minhas orações, para que aqueles que permanecem internados possam se recuperar, em que pese a situação gravíssima, é muito difícil, inclusive do cantor Conrado e do Julinho, que é cambeense, filho do Juvelino, grande parceiro e amigo de muita gente que está aqui. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Abstenção:** Guto Silva (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Reichembach, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 42 votos contrários e 1 abstenção, **está rejeitado o Veto Total n.º 7/2021, ao Projeto de Lei n.º 849/2019.**

ITEM 8 – Discussão única do Veto Total n.º 1/2022, ao Projeto de Lei n.º 616/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que institui as

diretrizes para o Programa Paraná Amigável para a Pessoa Idosa. Com relatório da CCJ considerando o voto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão o voto.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Guerra, para encaminhar.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, na mesma esteira do Item 6 que foi discutido neste Plenário, nesta tarde, esse Projeto tramitou por diversas Comissões nesta Casa, inclusive recebendo uma emenda substitutiva na CCJ, parecer favorável. Lembrando que a redação prevê que os municípios poderão aderir, e não constitui uma obrigatoriedade, ou ingerência na autonomia do poder local. Por outro lado, convencionou-se nesta Casa que o estabelecimento de diretrizes para instituições de programa estão dentro das atribuições legislativas. Senão vejamos, o Projeto de Lei que foi tramitado aqui nesta Casa e foi aprovado, tornando-se lei no dia 4 de outubro de 2021, que trata e institui as diretrizes do ensino domiciliar no âmbito da educação básica ou *homeschooling*. Tem vários outros projetos que tramitaram no mesmo sentido, estabelecendo diretrizes nesta Casa, portanto, peço mais um vez ao Líder do Governo que pelo menos libere a Bancada para a derrubada desse voto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão o voto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, com toda a amizade que tenho com o Deputado Guerra, e Prefeito que também já fui, não podemos priorizar municípios em transferência de recursos por tecê-lo de cidade amiga de pessoa idosa. Então, vejo, e aqui faço um pedido aos Deputados da Base para manter o voto. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”, pela derrubada do voto e favorável ao Projeto do Deputado Guerra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço novamente, a Liderança do Governo pede voto “sim”, mantendo o voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos aguardando o voto dos Deputados Alexandre Curi, Bazana, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (20 Deputados); Votaram Não:* *Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Michele Caputo, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (20 Deputados); Não Votaram:* *Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nelson Justus, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (14 Deputados).] Com 20 votos favoráveis e 20 votos contrários, está aprovado o Veto Total n.^º 1/2022, ao Projeto de Lei n.^º 616/201. Senhores Deputados, para derrubar o voto precisa de 28 votos. Então, o Presidente não precisa votar. Então, está mantido o voto.*

ITEM 9 – Discussão única do Veto Parcial n.^º 2/2022, ao Projeto de Lei Complementar n.^º 8/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 100/2021, que dispõe sobre o parcelamento de valores relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, sujeitos ao regime de substituição tributária, que foram objeto de comunicado de autorregularização pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos, na forma que especifica, altera a

legislação tributaria e dá outras providências. Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão. Com a palavra, Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Deputados e Deputadas. Esse Projeto veio da Secretaria da Fazenda cheio de falta de sensibilidade e de erros. O momento que escolheram para fazer essas notificações foi no auge da pandemia, graças ao apoio de todos, quero aqui destacar também da Liderança do Governo à época, isso foi postergado. Depois quando veio a proposta, usar o preço máximo ao consumidor, que não é utilizado em lugar nenhum do Brasil, uma peça de ficção. Depois, por meio de audiências remotas, de participação da OAB, direito tributário, que indicava que o melhor indicador, o mais justo, é a Margem de Valor Agregado, o MVA, aí conseguimos, em um grande acordo aqui, foi aprovado, por unanimidade dos presentes, muitos aqui participaram e colaboraram. Este Projeto não tem nada da minha questão pessoal. Só me sensibilizei. E outra questão precisa ser dita aqui, disseram agora há pouco ali, que este Projeto beneficia as grandes redes de farmácia. Isso é mentira, porque as grandes redes de farmácia eles têm distribuidora própria e a substituição tributária não é renúncia. São coisas diferentes. Esse Projeto afeta, afetará e continuará afetando quase 2 mil farmácias que temos conhecimento, informação das entidades farmacêuticas, não é informação do Michele. Até agora todas as manifestações que eu e outros Deputados estão recebendo, que se envolveram mais diretamente nesta causa, é de proprietários de pequenas farmácias, quase todos farmacêuticos, que é uma diferenciação das farmácias pequenas do Paraná e do Brasil, quase todos com profissionais que trabalham só eles como responsável mais de 14 horas por dia, que tem uma pessoazinha para ajuda na limpeza, quem tem algum outro familiar se somando ali no trabalho. Essa falta de sensibilidade é tamanha e de desrespeito, porque aprovamos o uso do PMPF, que não era o ideal, não era o que defendíamos, e a Fazenda veta três artigos importantes que coloquei ali no Pequeno Expediente, Presidente Tercílio, e ainda, em vez de esperar esta Casa discutir os vetos, que também foi um conversa minha com o Líder Hussein e depois também conversei rapidamente com o Líder atual, meu amigo Micheletto, eles começaram já a executar. Não esperaram

nem a discussão aqui desta Assembleia, porque agora estão dizendo, inclusive meu amigo Deputado Requião, que pode ser que, com a derrubada, tenha alguns problemas. Esse problema quem gerou foi quem vetou, à medida que não esperou esta Casa, que tinha aprovado uma lei complementar com grande consenso e discussão, porque isso ficamos dois anos debatendo, isso não é fruto de conversa de bastidor, de última hora. Então, portanto, achei de tudo isso que vem há quase dois anos rodando, pandemia, falta de sensibilidade, usar indicador errado, notificar. A última notificação vem assim: quem começar a pagar não pode mais reclamar. Isso é contra toda e qualquer questão que envolve direito neste País. Como não pode reclamar? Quem diz isso é o Poder Judiciário. Então, encaminho pela derrubada do veto. Essa não é uma posição contra e nem a favor de ninguém, o Projeto não é meu, hein. É importante que fique claro. Não é meu. Muitos Deputados aqui, não vou falar os nomes, já falei durante as várias intervenções que fiz. Então, além dessa insensibilidade de cobrar, agora ficam dizendo por aí que vai ter problema, que vai dar um furo de 120 milhões. Volto a dizer, isso não era arrecadado. A culpa não é das pequenas farmácias. E se tem problema nisso, esse problema vem das distribuidoras. E só para terminar, Presidente, Santa Catarina é quem faz a cobrança mais justa deste País. Santa Catarina cobra lá na venda do *cara*, porque é lá que está o valor verdadeiro, do que ele vendeu para o nosso cidadão, para o nosso consumidor. Obrigado.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Também quero pedir pela derrubada do veto. Como já disse o Deputado Michele Caputo, é uma questão injusta com as pequenas farmácias deste Estado. Foi um equívoco no cálculo da substituição tributária. E, ao derrubar o veto, estaremos incluindo um número maior de beneficiados nesse parcelamento. É importante dizer também que o Governo do Estado não atendeu à demanda dos farmacêuticos e olhem quantas conversas foram realizadas, Deputado Michele Caputo, de perdoar dívida justamente de ICMS dessas pequenas farmácias. Eles que tanto trabalharam

durante a pandemia. Mas quando é, Deputado Requião, para fazer aí para os grandes empresários os incentivos, daí não tem problema nenhum. Não sou contra os incentivos para ninguém, porque acho que tudo que gera emprego, gera renda neste Estado, o Governo do Estado, de fato, tem que realizar. Mas quando se trata dos pequenos, aí os pequenos, infelizmente, estão sendo prejudicados. Então, quero pedir à nossa Bancada, do nosso Bloco, para que votem pela derrubada do veto e também aos demais Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão o Veto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, vou fazer uma explanação técnica aqui que me passaram. O veto é parcial. O Projeto em si foi encaminhado. As pequenas farmácias foram contempladas e aqui estende às distribuidoras e às indústrias. Então, pretende ampliação do benefício, além de causar impacto não calculado nos débitos constituídos ou por constituir representa afronta autorização do Confaz, tomando por lei complementar e legal. Então, o que está sendo pedido aqui é ampliação das condições do parcelamento, não autorizado pelo Confaz. É importante novamente frisar que no setor de varejo farmacêutico foi plenamente atendido, inclusive as pequenas farmácias, e o que se busca é a extensão do benefício para indústrias e distribuidoras, o que representaria um impacto significativo na arrecadação. Então, faço aqui um apelo à Base para manter o voto. Votar “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai votar pela derrubada do veto, a favor das pequenas farmácias do interior do Estado e a favor do interesse do povo paranaense. É “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço novamente o voto “sim”. As pequenas farmácias, todas no varejo, foram contempladas. Não estão sendo

contempladas as distribuidoras e a indústria. Os pequenos, no varejo, todas as farmácias foram contempladas neste Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos aguardando o votos dos Deputados Alexandre Curi, Artagão Junior, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço novamente voto “sim”. Isso gera impacto financeiro para o caixa do Governo. Preciso do voto “sim” da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Mauro Moraes, Nereu Moura, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Bazana, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Nelson Justus e Tiago Amaral (11 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Luersen, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (25 Deputados); Abstenção: Paulo Litro (1 Deputado); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reichenbach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (17 Deputados).]** Com 11 votos favoráveis, 25 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Veto Parcial n.º 2/2022, ao Projeto de Lei Complementar n.º 8/2021.**

ITEM 10 – Discussão única do Veto Parcial n.º 3/2022, ao Projeto de Lei n.º 544/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 134/2021, que institui o serviço público de loteria no Estado do Paraná e dá outras providências. Com relatório da CCJ considerando o voto em condições de ser apreciado pelo

Plenário. Em discussão o voto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”. Manter o voto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição também vota pela manutenção do voto, “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados); **Votou Não:** Gilberto Ribeiro (1 Deputado); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (18 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Veto Parcial n.º 3/2022, ao Projeto de Lei n.º 544/2021.**

ITEM 11 – Discussão única do Veto Parcial n.º 4/2022, ao Projeto de Lei n.º 713/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 216/2021, que dispõe sobre o Programa de Parcelamento de Créditos Tributários relativos ao ICM e ICMS, e de créditos não tributários inscritos em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, nas condições que especifica. Com relatório da CCJ considerando o voto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão o voto. Em votação. Como encaminham os líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Votaram Não:** Cristina Silvestri e Mabel Canto (2 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nereu Moura, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (16 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e 2 votos contrários, **está aprovado o Veto Parcial n.º 4/2022, ao Projeto de Lei n.º 713/2021.**

ITEM 12 – Discussão única do Veto Parcial n.º 5/2022, ao Projeto de Lei n.º 782/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 261/2021, que altera a Lei n.º 11580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS com base no art. 155, II, §§ 2.º e 3.º da Constituição Federal, e da Lei Complementar Federal n.º 87, de 13 de setembro de 1996. Com relatório da CCJ considerando o voto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão o voto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, só para um informe.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, *pela ordem*.

DEPUTADO GOURA (PDT): Convidar os Deputados membros da Comissão de Meio Ambiente, imediatamente após a nossa Sessão, no auditório legislativo, reunião ordinária da Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); **Votaram Não:** Cristina Silvestri e Mabel Canto (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Nelson Justus, Nereu Moura, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (20 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 2 votos contrários, **está aprovado o Veto Parcial n.º 5/2022, ao Projeto de Lei n.º 782/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):

Requerimento n.º 1242/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação dos Projetos de Lei n.ºs 25/2022, 21/2022 e 12/2022 ao Projeto de Lei n.º 218/2021.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1234/2022, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente aos Sr.º Senadores e Deputados Federais e às Deputadas Federais da Bancada do Estado do Paraná, requerendo apoio para a derrubada do Veto Presidencial Total 18/2022, ao PLP n.º 73/2021 (Lei Paulo Gustavo);

Requerimento n.º 1235/2022, da Deputada Mabel Canto, para o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.ª Maira Zimmermann; **Requerimento n.º 1236/2022**, dos Deputados Mabel Canto e Plauto Miró, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa em comemoração dos 100 anos da AGIPC - Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa; **Requerimentos n.ºs 1237 e 1252/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: Sr.ª Assumpta Slaviero; e Sr.

Cícero da Silva Correa; **Requerimento n.º 1238/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo reforma e ampliação da Cadeia Pública de Quedas do Iguaçu; **Requerimentos n.ºs 1239 e 1240/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Vereador Cícero da Silva Correia; e Ex-Deputado Gilberto Rezende de Carvalho;

Requerimento n.º 1247/2022, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, conforme específica; **Requerimento n.º 1248/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do cantor Aleksandro Talhari Correia e demais integrantes da equipe; **Requerimento n.º 1249/2022**, do

Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública providências urgentes contra o furto de fiação, especialmente cobre, no litoral do Paraná; **Requerimento n.º 1250/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, requerendo atendimento ao protocolo n.º 14.903.903-1, que trata de modificação de acesso na PR-082, município de Rondon; **Requerimento n.º 1251/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato e Michele Caputo, solicitando envio de expediente ao Ministro do Estado da Infraestrutura, requerendo a inclusão de heliportos em praças de pedágio estratégicas e destinação de recursos das novas concessões do Paraná para os passageiros do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas - BPMOA; **Requerimento n.º 1253/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo a reforma e ampliação o Colégio Estadual Monteiro Lobato, localizado na cidade de Araucária/PR; **Requerimento n.º 1254/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo obras para melhorar a sinalização da PR-340, trecho entre Castro e o Distrito do Abapã; **Requerimentos n.ºs 1255, 1257 a 1262, 1264, 1265, 1267, 1269, 1270, 1272 a 1284, 1286, 1287, 1289, 1291 e 1293/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Sofia Kosinski; Pedro Vilmar Porfirio dos Santos; Maria Antonia dos Santos; Raquel Terezinha Vieira Lopes; Sonia Rosa de Oliveira; Maria Olivina Ribeiro dos Santos; Eurides Batista de Lima; Teodoro Bobek; Neli de Fátima Penteado; Adélio Fogaça; Alceu Gonçalves; Inácio Troiner; João Gualberto Brustolin; João Valdir Lopes da Silva; Eloy Napoli; Olavo Brandt Guimarães; Eraldo Batista Dias Filho; João Moraes; Lino Ricardo Guerra Pinto; Paulo Vieira de Oliveira; Walter Ribeiro Reigada; Miguel Gustavo Schlumberger Neto; Airton Alexandrino dos Santos; Ilda Donasolo; Amilton Rodrigues Pinheiro; Ronaldo Schnekenberg; Terezinha Carneiro Oliveira; Alda Veléria Mendes; Dirce Modesto; e Rosemilda Aparecida da Luz das Neves Nascimento; **Requerimento n.º 1256/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo ação emergencial de análise do

traçado e correção da geometria, bem como instalação de placas de sinalização e redutores de velocidade antes da área de manobras no trevo da PR-090, que dá acesso ao município de Alvorada do Sul; **Requerimento n.º 1263/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo a reabertura e o exercício pleno das atividades do Hospital Regional de Guarapuava; **Requerimento n.º 1266/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Presidente da Fundação Nacional do Índio, Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, e ao Diretor de Proteção Territorial, Sr. César Augusto Martinez, requerendo a destinação, com urgência, de recursos para a reestruturação das escolas indígenas, a reconstrução das casas e a reposição de utensílios, roupas e alimentos nas aldeias indígenas YVY e YVYRATY Porã, na estrada São Cristóvão; **Requerimento n.º 1268/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Coordenador Estadual da Defesa Civil, Cel. QOBM Fernando Raimundo Schünig, requerendo a reconstrução das casas e a reposição de utensílios, roupas e alimentos nas aldeias indígenas YVY e YVYRATY Porã, na estrada São Cristóvão; **Requerimento n.º 1271/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, Sr. Renato Feder, e ao Diretor-Presidente da Fundepar, Sr. Marcelo Pimentel Bueno, requerendo a reestruturação das escolas indígenas nas aldeias indígenas YVY e YVYRATY Porã, na estrada São Cristóvão; **Requerimento n.º 1285/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo os devidos encaminhamentos das demandas provenientes da Audiência Pública “Acidentes com Transporte de Produtos Perigosos na BR-376, seus impactos no meio ambiente e qualidade de vida”; **Requerimento n.º 1288/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do Detran-PR, requerendo os devidos encaminhamentos das demandas provenientes da Audiência Pública “Acidentes com Transporte de Produtos Perigosos na BR-376, seus impactos no meio ambiente e qualidade de vida”; **Requerimento n.º 1290/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo os devidos encaminhamentos

das demandas provenientes da Audiência Pública “Acidentes com Transporte de Produtos Perigosos na BR-376, seus impactos no meio ambiente e qualidade de vida”; **Requerimento n.º 1292/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, requerendo os devidos encaminhamentos das demandas provenientes da Audiência Pública “Acidentes com Transporte de Produtos Perigosos na BR-376, seus impactos no meio ambiente e qualidade de vida”; **Requerimento n.º 1294/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente à Conselheira Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes, para encaminhar sugestão do signatário para as concessões federais a serem realizadas ou cujos contratos já estão em vigor, tendo em vista que os procedimentos de licitações tramitam perante a Corte de Contas, para análise; **Requerimento n.º 1295/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Sr. Rafael Vitale, requerendo encaminhar sugestão do signatário, para as concessões federais a serem realizadas ou cujos contratos já estão em vigor.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1246/2022, do Deputado Marcio Nunes, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 27 de junho de 2022.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1241/2022**, do Deputado Nelson Luersen, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1245/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de maio de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1243/2022**, do Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de maio de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1244/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de maio de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 927/2019, 463/2020, 477/2020, 194/2021, 294/2021 e 465/2021; 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021 e dos Projetos de Lei n.ºs 1/2015, 165/2021 e 79/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 671/2020, 93/2021 e 1/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h48, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)